

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 foi mais um ano de resultados expressivos para a Cia. Hering, mantendo a combinação de (i) crescimento de vendas, (ii) expansão de margens e (iii) ampliação do retorno sobre o capital investido, ainda que em um ambiente mais desafiador. Pressões de custos de matérias-primas, clima mais adverso e desaceleração do consumo ao longo do segundo semestre foram alguns dos desafios enfrentados ao longo de 2011. Mesmo assim encerramos 2011 com receita bruta de R\$ 1,6 bilhão, um crescimento de 33,4% em relação a 2010, novamente com crescimento de vendas de dois dígitos em todas as marcas. O EBITDA totalizou R\$ 394,5 milhões no ano (+42,7% sobre 2010), com margem EBITDA de 29,1% (+ 1,9 p.p. sobre 2010).

A marca Hering, cujas vendas cresceram 31,8%, continua sendo a nossa principal plataforma de crescimento. Esse desempenho está relacionado à força da marca Hering que, a partir de seu posicionamento democrático, continua a atrair públicos das mais diversas idades, regiões e classes sociais a partir de sua oferta de produtos de excelente relação custo x benefício, seja nos produtos de moda casual aos tradicionais básicos. Apesar do forte crescimento registrado desde 2007 seguimos confiantes no potencial que ainda temos a explorar com a marca Hering a partir da continuidade ao processo de expansão da rede Hering Store, do crescimento da participação de mercado no canal do varejo multimarca e do promissor canal de *webstore* (www.heringwebstore.com.br).

Em vista do estudo realizado em 2010 através do qual se avaliou o potencial da rede Hering Store em 604 lojas, o ritmo de expansão permaneceu acelerado e deve evoluir junto aos indicadores socioeconômicos e de penetração de marca.

Na rede Hering Store, nosso principal canal de distribuição, tivemos mais um ano de crescimento expressivo, tanto em número de lojas quanto no conceito mesmas lojas. Com 85 inaugurações ao longo de 2011, finalizamos o ano com 432 lojas, 14 lojas a mais que tanto (i) o número de inaugurações de 2010 quanto (ii) o plano original para o ano. Já no conceito mesmas lojas o crescimento foi de 12,7% o que combinado com a abertura de lojas contribuiu para o crescimento de vendas totais de rede de 33,4%.

No mercado infantil, demos continuidade à nova estratégia de negócios desenvolvida em 2010 para as marcas Hering Kids e PUC. Na marca PUC, os ajustes necessários para adequar a rede de distribuição ao posicionamento da marca fizeram com que a rede PUC fechasse o ano com 76 lojas, 2 a menos que no fim de 2010. Mesmo assim a marca foi capaz de apresentar crescimento de 26,3%, em função do bom desempenho do canal varejo multimarcas e das vendas mesmas lojas da rede PUC. Na Hering Kids, com crescimento de vendas de 41,6%, nosso desempenho foi muito positivo tanto no varejo multimarcas quanto nas lojas piloto Hering Kids, o que reforça nossa confiança na assertividade da estratégia desenvolvida para a marca e nas novas frentes de crescimento a explorar a partir do desenvolvimento da rede de lojas Hering Kids.

A marca dzarm. também apresentou desempenho positivo em 2011, com crescimento de 42,2% em vendas brutas. Embora o novo posicionamento adotado desde agosto de 2009 tenha continuado gerando resultados expressivos no canal varejo multimarcas, os resultados da loja *flagship* têm sido modestos até então. Seguimos investindo no desenvolvimento da marca por meio de iniciativas de marketing e a possibilidade de abertura de algumas lojas *flagship* adicionais, que exercem um papel fundamental nesse processo.

Os principais desafios do ano estiveram relacionados ao aumento dos custos de matérias-primas em função do aumento dos preços do algodão. Através de uma combinação de aumentos de preços, mudanças na engenharia de produtos e cadeia de suprimentos, fomos capazes de minimizar os efeitos da pressão de custos, e como consequência, apresentamos uma redução de 106 bps na margem bruta. Ainda assim, nosso modelo de negócios foi capaz de compensar as pressões de custos e gerar expansão de margem EBITDA em função do bom desempenho de vendas de nossas marcas aliados a alta alavancagem operacional do nosso negócio.

Por fim, seguimos confiantes em nossa estratégia de negócios e continuaremos explorando o potencial de crescimento de nossas marcas, principalmente Hering e Hering Kids. Acreditamos que a combinação de nossas marcas com o nosso modelo de negócios serão capazes de gerar crescimento de vendas e de resultados, mantendo elevados níveis de retornos sobre capital investido em nosso negócio. Nosso objetivo é continuar a crescer de forma sustentável, com controle de custos, rigidez na gestão de riscos, cautela aos movimentos do mercado e atenção às oportunidades de crescimento que possam surgir.

1. DESEMPENHO DE VENDAS

	12M10	12M11	Var. 12M11/12M10
Receita Bruta - R\$ mil			
Receita Bruta Total	1.235.121	1.647.308	33,4%
Mercado Interno	1.213.951	1.625.932	33,9%
Mercado Externo	21.170	21.376	1,0%
Receita Bruta Mercado Interno	1.213.951	1.625.932	33,9%
Hering	941.079	1.240.470	31,8%
Varejo	382.140	498.439	30,4%
Franquias	380.339	531.616	39,8%
<i>Webstore</i>	4.301	8.954	108,2%
Lojas Próprias	174.299	201.461	15,6%
Hering Kids	82.199	116.395	41,6%
Varejo	70.468	96.724	37,3%
Franquias (Hering Store)	11.102	13.869	24,9%
<i>Webstore</i>	393	914	132,9%
Lojas Próprias	235	4.888	1.977,3%
PUC	98.777	124.733	26,3%
Varejo	61.698	84.478	36,9%
Franquias	30.657	34.100	11,2%
<i>Webstore</i>	449	1.016	126,5%
Lojas Próprias	5.973	5.139	(14,0%)
dzarm.	68.932	98.046	42,2%
Varejo	68.501	95.767	39,8%
Franquias	-	-	N.D.
<i>Webstore</i>	292	1.334	356,7%
Lojas Próprias	139	945	580,0%
Outras	22.964	46.288	101,6%

As vendas brutas da Cia. Hering totalizaram R\$ 1.647,3 milhões em 2011, com crescimento de dois dígitos nas quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.).

Marca Hering

Com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, a Hering destaca-se por ser uma marca que atinge uma vasta gama de consumidores, a partir de seu posicionamento democrático com boa relação custo-benefício e desejada por oferecer produtos básicos de qualidade, moda acessível e novidades constantes.

Em 2011, as vendas brutas da marca mantiveram crescimento expressivo em todos os canais de distribuição, sustentadas pelos fatores mencionados acima referentes ao valor percebido pelos clientes e inovação trazidos pela marca, bem como à expansão da rede de distribuição combinada às campanhas de marketing realizadas ao longo do ano para cada coleção. A adição de 85 lojas à rede deu sequência à ampliação da visibilidade e presença da marca no mercado brasileiro e também contribuiu para o aumento da penetração no varejo multimarcas.

Marca Hering Kids

Extensão da marca Hering com foco no conceito 'mini adulto', a Hering Kids oferece produtos casuais e básicos, com boa relação custo X benefício.

Ainda sob o impacto da nova estratégia para o mercado infantil adotada a partir do 4T10, as vendas brutas da Hering Kids cresceram 41,6% em 2011. Todos os canais apresentaram crescimento de vendas significativo, o que demonstra a assertividade da nova estratégia. Destaque para o bom desempenho das lojas piloto Hering Kids, além do crescimento expressivo do canal varejo multimarca. Outro ponto relevante foi a linha bebê Hering Kids, que completou um ano de existência e participou, pela primeira vez, da coleção de Natal.

Em 2011 foram inauguradas três lojas Hering Kids, totalizando cinco lojas Hering Kids ao final do ano. Os resultados positivos apresentados por estas unidades bem como as avaliações quantitativas e qualitativas realizadas nos últimos meses deram confiança à Administração da Companhia, que decidiu desenvolver uma rede de lojas no formato Hering Kids, cujo processo de expansão acontecerá em 2012.

Marca PUC

O posicionamento da marca PUC é focado no público infantil das classes A e B, com a oferta de produtos diferenciados com foco em ocasiões especiais.

As vendas brutas da PUC cresceram 26,3% em 2011, com destaque para o crescimento das vendas para o varejo multimarcas (+36,9%) e para o crescimento de venda no conceito mesmas lojas na Rede PUC.

A partir do 4T10, com a revisão da estratégia da Companhia para o mercado infantil, a PUC passou por ajustes no sortimento de produtos e nas faixas de preço, com o objetivo de reforçar seu posicionamento nos segmentos *Better* e *Premium*. Como consequência, algumas lojas da rede PUC que não estão de acordo com a estratégia atual, estão sendo reavaliadas e algumas dessas operações estão sendo descontinuadas.

Marca dzarm.

Com foco no público jovem das classes A e B, a marca dzarm. aposta no estilo *jeanswear* casual, com coleções modernas que seguem as tendências de moda. No final de 2010, foi inaugurada a primeira loja '*flagship*' dzarm., com importante papel na reintrodução da marca em *shopping centers*.

A Administração

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As vendas brutas da dzarm. apresentaram crescimento de 42,2% em 2011, ainda beneficiadas pela estratégia adotada a partir do 2º semestre de 2009.

Nas redes sociais, a marca conquista a cada dia mais seguidores, crescendo consideravelmente sua participação no Facebook e Twitter.

Webstore

A operação de *e-commerce* da Cia. Hering engloba as quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.) e, assim como nos demais trimestres do ano, apresentou o crescimento mais expressivo dentre todos os canais de distribuição da Companhia: 124,8% em 2011.

Com o objetivo de melhor explorar o potencial das *webstores*, foi criada uma estrutura específica de logística e distribuição para atender a este canal de forma mais eficiente, com centro de distribuição exclusivo para vendas *online*, tendo as operações já iniciadas no 4T11. No 1T12 será lançada a nova *webstore* da marca Hering.

Mercado Internacional

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. para a América Latina. A Empresa encerrou 2011 com 16 lojas no exterior.

Representando 1,3% do faturamento total da Companhia em 2011, as vendas brutas ao mercado externo apresentaram crescimento de 1,0% no ano.

As vendas no mercado internacional foram impactadas por desafios enfrentados durante o 4T11 em função, principalmente, da reestruturação da operação no Uruguai. O contrato com o atual franqueado não foi renovado e ao longo do primeiro semestre de 2012 estaremos fazendo a transição da operação para o novo franqueado responsável pela operação naquele país.

Apesar dos obstáculos existentes no modelo de exportação a partir do Brasil, a Companhia continua buscando maneiras de explorar o potencial de suas marcas na América do Sul. Em outubro, foi inaugurada a primeira loja franqueada no Chile. Para 2012, a busca por oportunidades terá continuidade, principalmente na Colômbia e no Peru.

2. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Para garantir a distribuição de suas marcas em todo o território nacional, a Cia. Hering conta com uma rede de distribuição formada por três canais de venda: i) redes de lojas Hering Store e PUC; ii) lojas de varejo multimarcas; e iii) *webstores*. No exterior, os produtos de todas as marcas da Companhia são comercializados por franquias e lojas de varejo multimarcas.

As redes de lojas são o canal prioritário de distribuição de nossas marcas, pois oferecem aos consumidores uma experiência de compra diferenciada além da sua importância como ferramenta de marketing e de construção de nossas marcas. No ano de 2011, foram inauguradas 92 lojas no Brasil, sendo 87 Hering Store, 2 PUC e 3 Hering Kids. Além disso, duas lojas PUC e duas lojas Hering Store foram fechadas e no exterior foram abertas duas lojas Hering Store - uma no Chile e uma no Paraguai. A Companhia encerra o período com 97% da rede Hering Store dentro do novo projeto arquitetônico.

O varejo multimarcas garante maior capilaridade de distribuição aos produtos das nossas marcas em todo o território nacional, ao atingir localidades onde as redes próprias e franqueadas não estão presentes e ao complementar a distribuição nas localidades que já possuem lojas exclusivas das marcas. Ao final de 2011, a Empresa contava com 16.501 clientes no varejo multimarcas, dos quais 13.038 somente da marca Hering.

Quantidade de Lojas	2009	2010	2011
Hering - Própria	40	43	48
Hering - Franquia	236	304	384
Hering Store	276	347	432
PUC - Própria	6	6	7
PUC - Franquia	68	72	69
PUC	74	78	76
Hering Kids - Própria	-	2	5
Hering Kids	-	2	5
dzarm. - Própria	-	1	1
dzarm.	-	1	1
Brasil	350	428	514
Total Mercado Internacional	15	15	16
Total	365	443	530

3. DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

Principal canal de distribuição da marca Hering, a rede Hering Store é composta por lojas próprias e franquias, localizadas nos principais *shoppings centers*, corredores comerciais e bairros, que comercializam exclusivamente as linhas de produtos da marca. Além de contar com um projeto arquitetônico inovador que oferece aos consumidores uma experiência de compra diferenciada, o novo formato de loja tem contribuído para melhorar a produtividade das lojas. Além disso, o formato tem se mostrado fundamental para a estratégia de crescimento de vendas e também para o fortalecimento da marca Hering.

As vendas totais da rede Hering Store apresentaram crescimento de 33,4% em 2011, em decorrência, principalmente, da abertura de lojas (85 no ano) e do incremento de 12,7% das vendas no conceito 'mesmas lojas' (*same store sales*) em 2011. As vendas no conceito mesmas lojas apresentaram desaceleração em relação ao ano de 2010, não só pela alta base de comparação em relação aos anos anteriores, mas também por um ambiente mais desafiador ao

longo de 2011 em função de diversos fatores tais como, clima menos favorável e desaceleração econômica ao longo do segundo semestre.

Diferente de anos anteriores, o ticket médio foi o principal fator de crescimento das vendas mesmas lojas. O preço médio das peças no total da rede apresentou crescimento mais significativo (+14,1%), em função dos aumentos de preços efetuados no final do 1T11 e de mudanças no mix de produtos comercializados. As categorias de tecido plano e *jeanswear* continuaram apresentando crescimentos expressivos, o que tem contribuído para o aumento do preço médio. Entretanto, a queda no número de peças por atendimentos fez com que o crescimento do ticket médio ficasse em 8,9%.

O projeto de reforma de lojas continua avançando: em 2011 foram reformadas 31 lojas, o que corresponde a 421 lojas dentro do novo projeto arquitetônico, restando apenas 11 lojas a serem reformuladas - que se tratam de casos específicos, tais como pontos a serem realocados ou lojas com previsão de expansão de área.

O cartão de crédito Hering Store, administrado pela Financeira Losango (pertencente ao Banco HSBC), finalizou 2011 com uma base de 384,3 mil cartões ativos.

	12M10	12M11	Var.
Número de Lojas	347	432	24,5%
Franquias	304	384	26,3%
Próprias	43	48	11,6%
Faturamento da Rede (R\$ mil) ⁽¹⁾	926.021	1.234.956	33,4%
Franquias (R\$ mil)	751.722	1.033.495	37,5%
Próprias (R\$ mil)	174.299	201.461	15,6%
Crescimento Same Store Sales ⁽²⁾	24,4%	12,7%	-11,7 p.p
Área de Vendas (m²)	44.815	57.507	28,3%
Faturamento (R\$ por m²)	23.638	24.361	3,1%
Atendimentos (mil)	10.324	12.647	22,5%
Peças (mil)	23.029	26.912	16,9%
Peças por Atendimento	2,23	2,13	(4,6%)
Preço Médio (R\$)	40,21	45,89	14,1%
Ticket Médio (R\$)	89,69	97,65	8,9%

(1) Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell out*)

(2) Comparado a igual período do ano anterior.

4. PROCESSO PRODUTIVO

Com a adoção de um modelo de produção híbrido, que combina produção própria, terceirizada e *outsourcing* (compra de produto acabado), a Cia. Hering conseguiu atender, com flexibilidade e velocidade, ao aumento de volume registrado no ano.

A Companhia escolhe a melhor opção entre produzir internamente, terceirizar etapas do processo produtivo ou comprar o produto acabado (*make or buy*), o que lhe permite reduzir custos com ganho de escala, garantindo maior agilidade aos processos produtivos e mantendo a qualidade dos produtos.

A Cia. Hering encerrou 2011 com nove unidades de produção, localizadas em Santa Catarina (5), Rio Grande do Norte (1) e Goiás (3), além de dois centros de distribuição em GO e SC e um novo centro de distribuição em construção em Goiás.

A compra de produtos acabados cresceu 1,8 p.p. em 2011, representando 17,5% do total de peças vendidas em cada período. As parcerias com fornecedores internacionais, principalmente da Ásia, reforçaram o posicionamento das marcas ao permitir o desenvolvimento de produtos com valor agregado e custos competitivos. No entanto, em função da dificuldade em trabalhar com o maior *lead time* para algumas categorias de produto, a Cia. Hering decidiu reduzir seu nível de importação para 2012.

Processo Produtivo (*)	2010	2011	Var.
Produção	84,3%	82,5%	-1,8 p.p.
Interna	45,6%	44,7%	-0,9 p.p.
Terceirização	38,7%	37,8%	-0,9 p.p.
Outsourcing	15,7%	17,5%	1,8 p.p.
Mercado Interno	3,7%	2,5%	-1,2 p.p.
Importação	12,0%	15,0%	2,9 p.p.

(*) Refere-se a volume de peças vendidas.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ mil	12M10	Part. (%)	12M11	Part. (%)
Receita Bruta de Vendas	1.235.121	121,9%	1.647.308	121,7%
Deduções de Venda	(221.635)	(21,9%)	(294.075)	(21,7%)
Deduções de Venda Impostos	(264.664)	(26,1%)	(353.697)	(26,1%)
Ajuste a Valor Presente	(22.392)	(2,2%)	(37.077)	(2,7%)
Deduções de Venda Incentivos	65.421	6,5%	96.699	7,1%
Receita Líquida de Vendas	1.013.486	100,0%	1.353.233	100,0%
Total CPV - Sem Depreciação e Amortização	(500.529)	(49,4%)	(683.511)	(50,5%)
Custo dos Produtos Vendidos	(514.706)	(50,8%)	(706.690)	(52,2%)
Ajuste a Valor Presente	6.722	0,7%	11.078	0,8%
Subvenção para Custeio	7.455	0,7%	12.101	0,9%

continua...

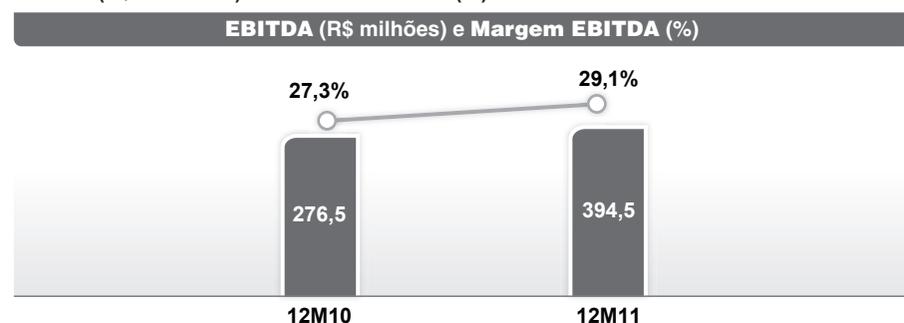
Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R\$ mil	12M10	Part. (%)	12M11	Part. (%)
Lucro Bruto Caixa	512.957	50,6%	669.722	49,5%
Depreciação e Amortização	(11.025)	(1,1%)	(13.870)	(1,0%)
Lucro Bruto	501.932	49,5%	655.852	48,5%
Despesas Operacionais	(248.563)	(24,5%)	(290.734)	(21,5%)
Vendas	(170.098)	(16,8%)	(212.549)	(15,7%)
Empresa	(121.401)	(12,0%)	(150.818)	(11,1%)
Fixa	(58.919)	(5,8%)	(64.761)	(4,8%)
Variável	(62.482)	(6,2%)	(86.057)	(6,4%)
Lojas	(48.697)	(4,8%)	(61.731)	(4,6%)
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(32.951)	(3,3%)	(37.088)	(2,7%)
Depreciação e Amortização	(12.106)	(1,2%)	(15.476)	(1,1%)
Participação nos Resultados	(23.364)	(2,3%)	(28.790)	(2,1%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(10.044)	(1,0%)	3.169	0,2%
Lucro Antes das Financeiras	253.369	25,0%	365.118	27,0%
Receitas Financeiras	38.236	3,8%	63.834	4,7%
Despesas Financeiras	(28.138)	(2,8%)	(34.138)	(2,5%)
Total Resultado Financeiro	10.098	1,0%	29.696	2,2%
Lucro Operacional	263.467	26,0%	394.814	29,2%
Impostos Correntes - CSSL e IRPJ	(49.332)	(4,9%)	(100.840)	(7,5%)
Impostos Diferidos - CSSL e IRPJ	(2.122)	(0,2%)	3.300	0,2%
Lucro Líquido	212.013	20,9%	297.274	22,0%
Atribuível aos acionistas da Companhia	212.017	20,9%	297.274	22,0%
Atribuível aos acionistas não controladores	(4)	-	-	N.D.
EBITDA	276.500	27,3%	394.464	29,1%

EBITDA (R\$ MILHÕES) E MARGEM EBITDA (%)

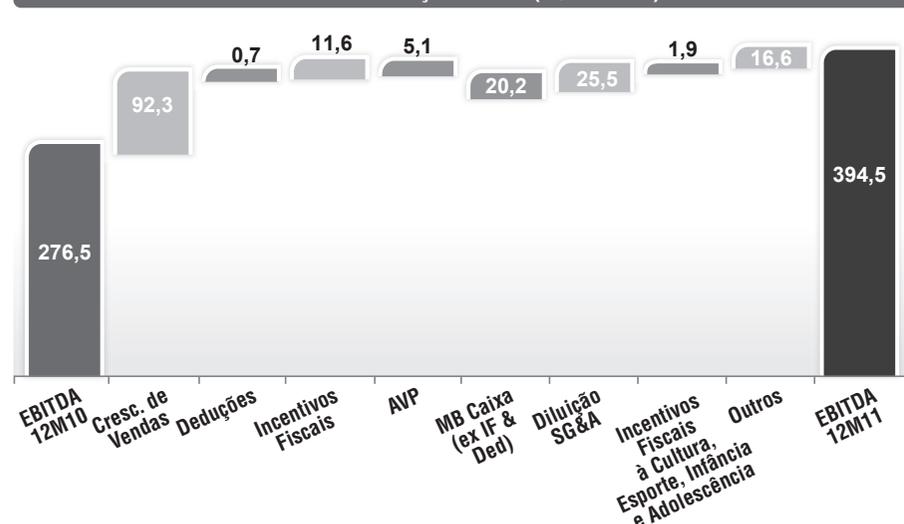


O EBITDA apresentou crescimento de 42,7% em 2011, com incremento de margem de 1,9 p.p..

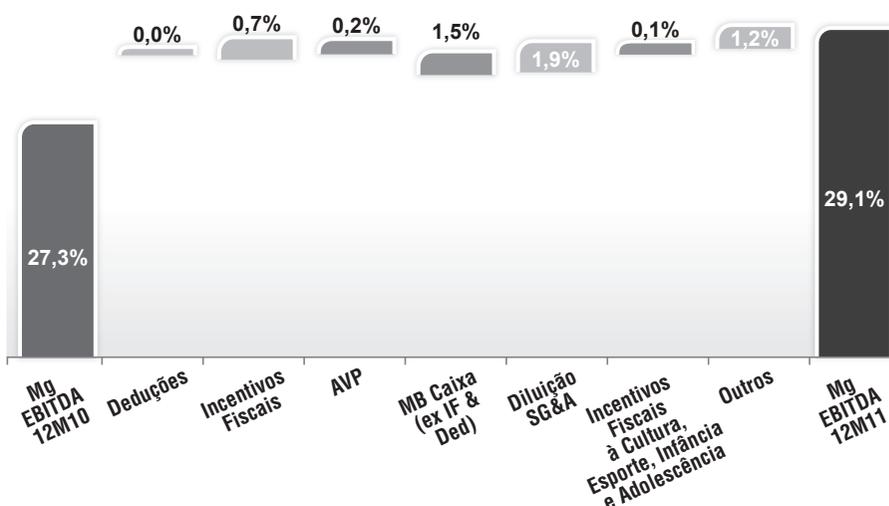
Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Crescimento de 33,4% na **receita bruta de vendas**.
- Queda de 1,1 p.p. na margem bruta no ano em função da pressão de custos de matéria-prima.
- Diluição das **despesas com vendas, gerais e administrativas**, em decorrência da alta alavancagem operacional, e de uma gestão rígida de despesas.
- Melhora em **outras receitas (despesas) operacionais**, que passaram de R\$ (10.044 mil) em 2010 para R\$ 3.169 mil em 2011, sendo ambos resultados em função de eventos não-recorrentes. (Essencialmente créditos tributários com efeito retroativo em 2011 e despesas com parcelamento tributário, projetos e provisões em 2010).

EBITDA - Variação 12M11 (R\$ milhões)



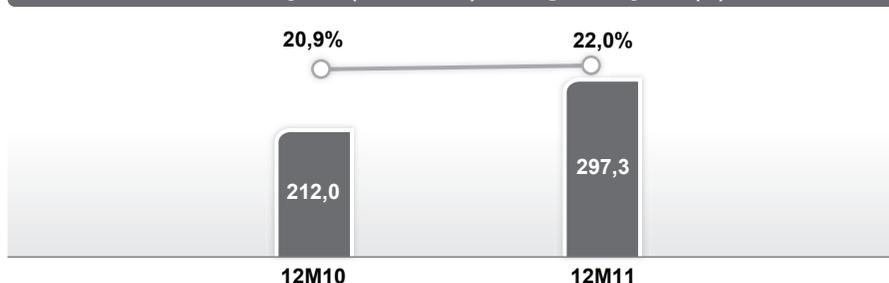
Margem EBITDA - Variação 12M11



Reconciliação EBITDA

Reconciliação EBITDA - R\$ mil	12M10	12M11	Var.
Lucro Líquido	212.013	297.274	40,2%
(+) IR e CSLL	51.454	97.540	89,6%
(-) Receita Financeira Líquida	(10.098)	(29.696)	194,1%
(+) Depreciações e Amortizações	23.131	29.346	26,9%
(=) EBITDA	276.500	394.464	42,7%
Margem EBITDA	27,3%	29,1%	1,9 p.p.

Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



O lucro líquido da Cia. Hering apresentou crescimento de 40,2% em 2011, com incremento da margem líquida de 1,0 p.p. em 2011. Este resultado é decorrência dos seguintes fatores:

- Melhor desempenho operacional, refletido nos crescimentos tanto de EBITDA quanto de margem EBITDA.
- Aumento do resultado financeiro em função do aumento no ajuste a valor presente e correção monetária referente ao ganho de créditos tributários em 2011.
- Menor incidência de imposto de renda e contribuição social, em função da constituição de subvenções para investimentos em 2011, que deixaram de compor a base de cálculo destes tributos no período.

6. GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2011, a Cia. Hering registrou um incremento de R\$ 111,4 milhões na geração de caixa livre em comparação ao ano anterior. Esse resultado é consequência, principalmente, do crescimento do EBITDA e da menor necessidade de investimentos e de capital de giro, parcialmente compensados pela maior incidência de imposto de renda.

DFC Gerencial - Consolidado (R\$ mil)	12M10	12M11	Var.
EBITDA	276.500	394.464	117.964
Itens Não caixa	3.086	2.322	(764)
IR&CS Corrente	(49.332)	(100.840)	(51.508)
Investimento em Capital de Giro	(82.027)	(58.470)	23.557
(Aumento) em contas a receber de clientes	(79.965)	(66.445)	13.520
(Aumento) nos estoques	(100.374)	(26.965)	73.409
Aumento em fornecedores	68.400	2.088	(66.312)
Aumento em obrigações tributárias	10.827	36.911	26.084
Outros	19.085	(4.059)	(23.144)
CapEx	(69.629)	(47.501)	22.128
Geração de Caixa Livre	78.598	189.975	111.377

continua...

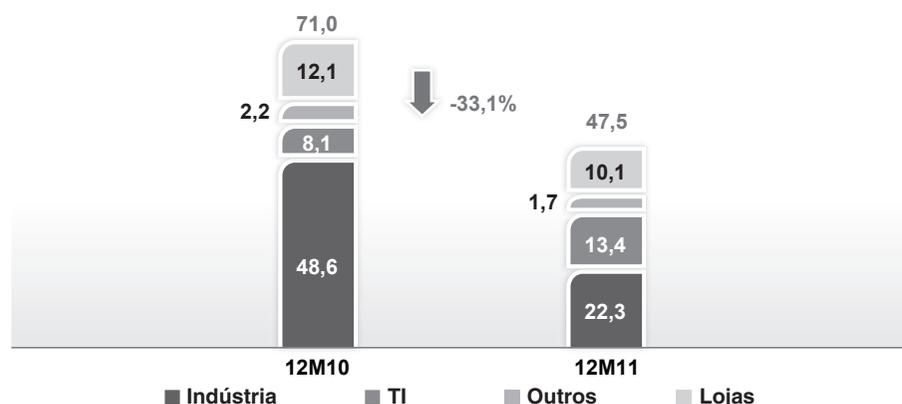
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DFC Gerencial - Consolidado (R\$ mil)	12M10	12M11	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	157.763	267.341	109.578
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	(9.536)	(29.865)	(20.329)
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(6.308)	(4.679)	1.629
Resultado Financeiro	(10.111)	(29.696)	(19.585)
Juros pagos por empréstimos	6.883	4.510	(2.373)
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	(69.629)	(47.501)	22.128
Geração de Caixa Livre	78.598	189.975	111.377

7. INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 47,5 milhões em 2011. A maior parte foi destinada à área industrial (R\$ 22,3 milhões) e à infraestrutura de TI (R\$ 13,4 milhões).

Investimentos (R\$ milhões)



8. ENDIVIDAMENTO

A Cia. Hering encerrou 2011 com R\$ 200,8 milhões em caixa e aplicações financeiras e um caixa líquido de R\$ 165,9 milhões. Em decorrência do aumento na geração de caixa operacional do período, a dívida da Companhia foi reduzida em R\$ 19,0 milhões, em linha com a estratégia adotada de não renovar empréstimos bancários com juros elevados.

Endividamento - R\$ mil	31/12/10	Part. (%)	31/12/11	Part. (%)
Curto Prazo	(27.799)	52%	(11.800)	34%
Longo Prazo	(26.105)	48%	(23.122)	66%
Total da Dívida	(53.904)	100%	(34.922)	100%
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	115.806		200.786	
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	61.902		165.864	

9. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos e JCP referentes ao exercício no montante total de R\$ 65,4 milhões (R\$ 0,40 por ação).

Foi destinado à conta de dividendos adicionais propostos no Patrimônio Líquido o montante de R\$106,2 milhões referentes ao exercício de 2011 a ser apresentado em proposta de administração sujeito à deliberação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2012.

10. RECONHECIMENTOS

Em 2011, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação:

Melhor empresa do setor têxtil vestuário - Revista Exame.

Prêmio Novo Mercado, 2ª colocada - Agência Estado em parceria com a Economatica.

Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, categoria Moda - Revista Consumidor Moderno.

Prêmio Abrasca de Criação de Valor - Associação Brasileira das Companhias Abertas.

Anuário Valor 1.000, campeã do setor de Têxtil, Couro e Vestuário - Jornal Valor Econômico.

Melhor Companhia para os Acionistas 2011 - Revista Capital Aberto.

Empresas Mais Admiradas do Brasil, categoria Vestuário e Confecção - Revista Carta Capital.

Outros prêmios também foram importantes para destacar o desempenho da Companhia no ano:

i) "ABF Destaque" (profissionais que mais se destacaram na prática do *franchising*); ii) "Os mais importantes no varejo" (Accenture e Revista NOVAREJO); iii) Prêmio Reclame Aqui "Qualidade no Atendimento" - categoria Moda; iv) Prêmio "Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas", no setor Têxteis e Vestuário (Revista Negócios da Comunicação); v) Prêmio do Mérito Lojista Brasil (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL); e vi) Marca do século, pela Revista Especial Marcas do Século 21 (Editora Empreendedor).

11. COLABORADORES

Além de investir na capacitação e constante atualização de sua equipe, a Cia. Hering também promove um trabalho intensivo de gestão de pessoas, com ações de atração, seleção, contratação, treinamento e retenção de bons profissionais. Em 2011, esse posicionamento assegurou promoções internas, alinhamento, comprometimento e qualificação necessários à superação de desafios presentes e futuros. A Companhia finalizou o ano com 8.501 colaboradores e fortaleceu sua imagem como uma empresa de oportunidades.

12. PERSPECTIVAS

A Cia. Hering segue otimista em relação às perspectivas para o ano de 2012. Ainda que no curto prazo o cenário macro econômico possa ser mais desafiador, acreditamos que o desempenho do setor de vestuário deve apresentar melhorias gradativas ao longo do ano. A Companhia seguirá explorando o potencial de suas quatro marcas, principalmente das marcas Hering e Hering Kids, dentro do atual modelo de negócios que vem apresentando resultados expressivos tanto em termos de crescimento de vendas quanto de geração de valor. De qualquer forma, em função do estágio mais maduro de nossa estratégia e alto nível de produtividade de nossas operações, não esperamos repetir os níveis de crescimento de vendas e de resultados apresentados nos últimos anos.

Em 2012, a marca Hering segue como a principal plataforma de crescimento da companhia. Na rede Hering Store, esperamos atingir 507 lojas ao fim de 2012 (incremento de 75 lojas) além de continuar explorando as oportunidades de crescimento no conceito mesmas lojas através da melhora da oferta do mix de produtos, bem como pelo aumento do fluxo de clientes nas lojas. No varejo multimarcas, manteremos a busca pelo crescimento a partir da qualificação da distribuição e foco no incremento de *market share* nos clientes atuais.

No mercado infantil seguiremos em busca do aumento de participação de nossas duas marcas no canal varejo multimarcas, além da expansão do formato Hering Kids. Estudos iniciais indicaram um potencial atual de 200 a 250 lojas Hering Kids, com tamanho de aproximadamente 60 m². Considerando a fase inicial de introdução do conceito de Hering Kids, a Cia. Hering planeja abrir 20 lojas neste modelo em 2012. Na PUC, seguiremos com ajustes na rede de lojas PUC, o que deve acarretar na descontinuidade de mais algumas operações.

Quantidade de Lojas	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (*)
Hering Store	181	230	276	347	432	507
Kering Kids				2	5	25

(*) Estimado

Na dzarm., daremos continuidade à estratégia atual, que continua gerando resultados expressivos no varejo multimarcas. Seguiremos investindo no desenvolvimento da marca através da abertura de mais algumas lojas *flagship*, e de investimentos adicionais em marketing. No varejo *online*, os investimentos já promovidos nos permitirão capturar o alto potencial de crescimento desse canal. A nova infraestrutura de tecnologia, logística, e as *webstores* com relançamento no 1T12 proporcionarão aos consumidores mais agilidade no atendimento com uma melhor experiência de compra.

Em relação a pressões de custos de matéria prima, as quedas no preço do algodão já reduziram a pressão sobre a margem bruta no 2º semestre de 2011. Mantido esse cenário, seria possível reverter as perdas de margens sofridas ao longo do último ano, cuja recuperação tenderia a ser, principalmente, no primeiro semestre de 2012.

A Cia. Hering continuará apostando no seu potencial de crescimento orgânico, explorando o potencial de nossas marcas combinado com um modelo de negócios que gera alto retorno sobre o capital investido. Esta combinação tem permitido à Empresa registrar um crescimento sustentado, com incremento de margem e rentabilidade, enquanto nos mantemos atentos a outras oportunidades de crescimento que venham a surgir.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2011, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

Foi aprovado em reunião do Conselho de Administração de 26 de outubro de 2011, a contratação da empresa Deloitte Touche Tohmatsu, como auditores independentes da Companhia, a partir de 01 de janeiro de 2012.

14. ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC		Passivo	Nota	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010	2011	2010
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	194.485	110.901	199.849	114.549	Financiamentos e empréstimos	16	11.800	27.799	11.800	27.799
Aplicações financeiras	6	-	394	-	394	Fornecedores		124.558	122.470	124.558	122.470
Contas a receber de clientes	7	361.867	295.422	361.867	295.422	Salários e encargos sociais		27.851	26.707	27.851	26.708
Estoques	9	217.357	190.392	217.357	190.392	Parcelamentos tributários e previdenciários	17	8.223	8.104	8.223	8.104
Impostos a recuperar	10	13.773	6.985	13.778	7.015	Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	45.210	8.660	45.264	8.673
Outras contas a receber	8	7.578	10.139	7.756	10.315	Obrigações tributárias	18	15.931	11.757	15.959	11.759
Despesas antecipadas		649	340	649	339	Provisões para contingências e outras provisões	20	35.969	29.773	35.969	29.773
		795.709	614.573	801.256	618.426	Obrigações por incentivos fiscais	19	4.678	2.896	4.678	2.896
						Dividendos e juros de capital próprio a pagar	25	421	14.883	421	14.883
						Outras contas a pagar		5.432	7.947	6.719	9.088
								280.073	260.996	281.442	262.153
Não circulante						Não circulante					
Realizável em longo prazo						Financiamentos e empréstimos	16	23.122	26.105	23.122	26.105
Partes relacionadas	21	228	398	-	-	Partes relacionadas	21	2.944	2.600	-	-
Aplicações financeiras	6	937	863	937	863	Parcelamentos tributários e previdenciários	17	21.725	28.804	21.725	28.804
Impostos a recuperar	10	8.564	8.048	8.676	8.190	Obrigações tributárias	18	-	530	-	530
Empréstimos compulsórios	12	-	58	-	85	Impostos diferidos	11	5.121	5.229	5.121	5.229
Impostos diferidos	11	21.233	18.041	21.233	18.041	Provisões para contingências e outras provisões	20	9.486	11.215	9.486	11.215
Plano de pensão	22	-	1.773	-	1.773	Benefícios a empregados	22	13.155	-	13.155	-
Outras contas a receber	8	7.899	8.680	7.948	8.702	Obrigações por incentivos fiscais	19	42.759	40.931	42.759	40.931
		38.861	37.861	38.794	37.654	Outras contas a pagar		423	3.343	405	3.212
								118.735	118.757	115.773	116.026
						Patrimônio líquido	24				
Investimentos						Capital social		229.879	226.293	229.879	226.293
Empresas controladas	13	7.074	5.229	-	-	Reserva de capital		3.911	2.091	3.911	2.091
Outros investimentos		-	-	-	8	Reservas de lucros		362.359	251.593	362.359	251.593
Imobilizado	14	238.637	224.225	238.638	224.226	Ajuste de avaliação patrimonial		8.432	8.784	8.432	8.784
						Dividendos adicionais propostos		106.230	39.463	106.230	39.463
Intangível	15	29.338	26.089	29.338	26.089	Atribuído aos acionistas controladores		710.811	528.224	710.811	528.224
		275.049	255.543	267.976	250.323			1.109.619	907.977	1.108.026	906.403
		1.109.619	907.977	1.108.026	906.403						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC			Nota	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida	28	1.351.304	1.012.845	1.353.233	1.013.486	Receitas (despesas) financeiras líquidas		29.155	10.622	29.696	10.098
Custo dos produtos vendidos		(697.381)	(511.554)	(697.381)	(511.554)	Equivalência patrimonial	13	1.958	(1.551)	-	-
Lucro bruto		653.923	501.291	655.852	501.932	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		394.369	263.415	394.814	263.467
Receitas (despesas) operacionais						Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(100.395)	(49.276)	(100.840)	(49.332)
Vendas	29	(212.546)	(170.095)	(212.549)	(170.098)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	3.300	(2.122)	3.300	(2.122)
Administrativas e gerais	30	(30.521)	(26.777)	(30.561)	(26.855)	Lucro líquido do exercício		297.274	212.017	297.274	212.013
Honorários da administração	21	(6.511)	(6.083)	(6.527)	(6.096)	Atribuível a:					
Depreciação e amortização		(15.476)	(12.106)	(15.476)	(12.106)	Acionistas da Companhia		297.274	212.017	297.274	212.017
Participação nos resultados	26	(28.790)	(23.364)	(28.790)	(23.364)	Não controladores		-	-	-	(4)
Outras despesas operacionais líquidas	31	3.177	(8.522)	3.169	(10.044)	Lucro por ação - R\$					
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		363.256	254.344	365.118	253.369	Básico	34	1,8221	1,3052	1,8221	1,3052
Receitas financeiras	32	63.742	38.444	63.834	38.236	Diluído	34	1,8055	1,2897	1,8055	1,2897
Despesas financeiras	32	(34.587)	(27.822)	(34.138)	(28.138)						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de Reais)

	Controladora										Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros Incentivos fiscais	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Participação de acionistas não controladores		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	223.845	906	929	7.464	83.283	11.759	32.063	9.161	-	369.410	4	369.414
Aumento de capital	2.448	-	-	-	-	-	-	-	-	2.448	-	2.448
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.095)	(2.095)	-	(2.095)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(2.095)	-	2.095	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	1.185	-	-	-	-	-	-	-	1.185	-	1.185
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	377	(377)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos 2009	-	-	-	-	-	(11.759)	-	-	-	(11.759)	-	(11.759)
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	55.663	-	(55.663)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	212.017	-	-	212.017	(4)	212.013
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	10.601	-	-	(10.601)	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	31.368	-	-	-	(31.368)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.d e 25)	-	-	-	-	-	-	(42.982)	-	-	(42.982)	-	(42.982)
Dividendos e juros sobre capital próprio adicionais propostos (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	-	39.463	(39.463)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	117.948	-	(117.948)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	226.293	2.091	87.960	18.065	145.568	39.463	-	8.784	-	528.224	-	528.224
Aumento de capital	3.586	-	-	-	-	-	-	-	-	3.586	-	3.586
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.396)	(2.396)	-	(2.396)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(2.396)	-	2.396	-	-	-
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(12.862)	-	-	(12.862)	-	(12.862)
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	1.820	-	-	-	-	-	-	-	1.820	-	1.820
Correção monetária imobilizado realização	-	-	-	-	-	-	352	(352)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos 2010	-	-	-	-	-	(39.463)	-	-	-	(39.463)	-	(39.463)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	297.274	-	-	297.274	-	297.274
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	14.864	-	-	(14.864)	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	46.655	-	-	-	(46.655)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.d e 25)	-	-	-	-	-	-	(65.372)	-	-	(65.372)	-	(65.372)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	-	106.230	(106.230)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	49.247	-	(49.247)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	229.879	3.911	134.615	32.929	194.815	106.230	-	8.432	-	710.811	-	710.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)					DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)				
Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC			Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC		
2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais					Receitas				
Lucro líquido do exercício	297.274	212.017	297.274	212.017	Vendas de mercadoria (receita bruta)	1.645.140	1.234.442	1.647.308	1.235.121
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.832)	1.596	(4.832)	1.596
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(3.300)	2.122	(3.300)	2.122	Resultados não operacionais	(191)	(1.351)	(192)	(3.108)
Variações monetária, cambial e juros não realizados	5.005	6.183	4.679	6.308	1.640.117	1.234.687	1.642.284	1.233.609	
Depreciação e amortização	29.346	23.131	29.346	23.131	Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Provisão créditos liquidação duvidosa	4.832	(1.596)	4.832	(1.596)	Matérias-primas consumidas	(319.195)	(248.814)	(319.436)	(248.814)
Resultado na venda de ativos permanentes	495	112	502	144	Custos das mercadorias vendidas	(208.976)	(137.145)	(208.976)	(137.145)
Plano de opção de compra de ações	1.820	1.185	1.820	1.185	Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(279.203)	(216.254)	(279.270)	(216.332)
Provisão para <i>impairment</i> de intangível	-	-	-	1.757	(807.374)	(602.213)	(807.682)	(602.291)	
Equivalência patrimonial	(1.958)	1.551	-	-	Retenções				
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(4)	Depreciação e amortização	(29.346)	(23.131)	(29.346)	(23.131)
Variações nos ativos e passivos					Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	803.397	609.343	805.256	608.187
Aumento em contas a receber de clientes	(71.277)	(78.375)	(71.277)	(78.369)	Valor adicionado recebido em transferência				
Aumento nos estoques	(26.965)	(100.374)	(26.965)	(100.374)	Equivalência patrimonial	1.958	(1.551)	-	-
Aumento em impostos a recuperar	(7.304)	(5.920)	(7.249)	(5.894)	Receitas financeiras	63.742	38.444	63.834	38.236
Redução em outros ativos	2.760	7.908	2.758	7.920	Aluguéis e <i>royalties</i>	1.919	3.011	1.919	3.011
Aumento em fornecedores	2.088	68.400	2.088	68.400	67.619	39.904	65.753	41.247	
Aumento em contas a pagar e provisões	287	16.851	432	17.072	871.016	649.247	871.009	649.434	
Aumento em obrigações tributárias	36.845	10.830	36.911	10.827	Valor adicionado total a distribuir				
Juros pagos por empréstimos	(4.510)	(6.883)	(4.510)	(6.883)	Distribuição do valor adicionado				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	265.438	157.142	267.341	157.763	Pessoal				
Fluxos de caixa das atividades de investimento					Remuneração direta	164.210	137.292	164.231	137.304
Aquisição de investimento	-	(989)	-	-	Benefícios	23.700	19.074	23.700	19.074
Recebimento na venda de investimento	-	1.178	-	1.178	FGTS	11.119	9.097	11.119	9.097
Aquisições de ativo imobilizado	(36.013)	(59.726)	(36.013)	(59.726)	199.029	165.463	199.050	165.475	
Adições de ativo intangível	(11.488)	(10.819)	(11.488)	(11.211)	Tributos				
Partes relacionadas	-	1.218	-	130	Federais	268.322	184.865	268.764	184.946
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(47.501)	(69.138)	(47.501)	(69.629)	Estaduais	60.052	50.948	60.052	50.948
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					Municipais	976	829	976	843
Aumento de capital	3.586	2.448	3.586	2.448	329.350	236.642	329.792	236.737	
Aplicações financeiras	320	5.263	320	5.263	Remuneração do capital de terceiros				
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(119.295)	(54.415)	(119.295)	(54.415)	Juros	7.588	8.141	7.588	8.141
Empréstimos tomados	11.363	16.180	11.363	16.180	Aluguéis	20.577	16.675	20.577	16.675
Pagamentos de empréstimos	(30.514)	(39.259)	(30.514)	(39.259)	Outros	17.198	10.309	16.728	10.389
Partes relacionadas	187	38	-	-	45.363	35.125	44.893	35.205	
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(134.353)	(69.745)	(134.540)	(69.783)	Remuneração de capitais próprios				
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	83.584	18.259	85.300	18.351	Dividendos e juros sobre capital próprio	65.372	42.982	65.372	42.982
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					Dividendos adicionais propostos	106.230	39.463	106.230	39.463
No início do exercício	110.901	92.642	114.549	96.198	Lucros retidos	125.672	129.572	125.672	129.572
No fim do exercício	194.485	110.901	199.849	114.549	297.274	212.017	297.274	212.017	
	83.584	18.259	85.300	18.351	871.016	649.247	871.009	649.434	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)				
Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC		
2011	2010	2011	2010	2010
Lucro líquido do período	297.274	212.017	297.274	212.013
Outros resultados abrangentes	(2.396)	(2.095)	(2.396)	(2.095)
Benefícios a empregados - plano de previdência privada	(2.396)	(2.095)	(2.396)	(2.095)
Resultado abrangente do período	294.878	209.922	294.878	209.918
Total do resultado abrangente				
Atribuído a sócios da Companhia controladora	294.878	209.922	294.878	209.922
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante à fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral.

As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO**a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Cia. Hering, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 15 de fevereiro de 2012.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo atuarial de benefício definido que é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido

Nota 20 - Provisão para contingências e outras provisões

Nota 22 - Benefícios a empregados

Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

Nota 27 - Mensuração de pagamento baseado em ações

Nota 35 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

	País	Participação (%)	
		2011	2010
Têxtil Santa Catarina Ltda.	Brasil	100,00	100,00
VH Serviços e Construções S.A.	Brasil	94,16	94,16
Garema Malhas Ltda.	Brasil	100,00	100,00
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00
Hering Overseas Ltda.	Ilhas Cayman	100,00	100,00

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo de investimento da controlada Hering Overseas, está sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 15, considerando que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7), incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,95
Instalações e equipamentos de produção	10,95
Móveis e utensílios	9,92
Bens de informática	6,04
Veículos	6,11
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16,35

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível**(i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes 10 anos Fundo de comércio 5 anos *Software* 5 anos

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador.

k) Benefícios a empregados**(i) Planos de benefícios definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iv) Transações de pagamento baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

I) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

m) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,88% a.m. que representa o custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 74 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 47 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo e a sua reversão são registrados no resultado financeiro.

n) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

o) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes

a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

p) Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, nos custos dos produtos vendidos e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

s) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)**t) Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota 36.

u) Mudança de prática contábil

Durante o exercício de 2011, com o incremento das importações de estoques, a Companhia passou a registrar como estoque as mercadorias embarcadas por seus fornecedores estrangeiros em operações de importação FOB. Para permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras, os saldos de estoques e fornecedores de 31 de dezembro de 2010 foram ajustados como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Saldos originais em 31 de dezembro de 2010	Ajuste por alteração de prática contábil	Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2010
Estoques	176.692	13.700	190.392
Fornecedores	(108.770)	(13.700)	(122.470)

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Transações de pagamentos baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes.

Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Circulante	Rendimentos em 2011	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos		7.244	8.158	7.611	8.198
Caixa e bancos - Moeda estrangeira		816	2.682	4.694	6.290
Aplicações financeiras:					
Renda fixa - CDB	100,1% a 102% da variação do CDI	61.498	43.241	62.617	43.241
Renda fixa - Operações compromissadas	101% a 103% da variação do CDI	124.927	56.820	124.927	56.820
		194.485	110.901	199.849	114.549

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a aplicação em certificado de depósito bancários - CDB, com rendimento de 99,5% do CDI, que serão mantidas até o vencimento. Essas aplicações financeiras estão vinculadas a operações de empréstimos realizadas pela Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
No país	375.817	304.293	375.817	304.293
No exterior	2.787	3.387	2.787	3.387
	378.604	307.680	378.604	307.680
Ajuste a valor presente	(6.040)	(4.563)	(6.040)	(4.563)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.697)	(7.695)	(10.697)	(7.695)
	361.867	295.422	361.867	295.422

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 74 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamento a fornecedores externos	2.917	5.503	2.917	5.503
Adiantamento a fornecedores internos	1.535	1.833	1.535	1.833
Contas a receber pela venda de imobilizado	855	611	855	611
Adiantamento a funcionários	1.922	1.886	1.922	1.886
Outros	349	306	527	482
	7.578	10.139	7.756	10.315
			Não circulante	
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fomentar - Bolsa Garantia	1.053	1.053	1.053	1.053
Produzir - Bolsa Universitária	612	-	612	-
Depósitos Judiciais				
INSS	141	1.326	141	1.326
IPTU	496	496	496	496
Outros	484	484	484	484
Depósitos trabalhistas				
Garantia para reclamatórias trabalhistas	3.704	2.967	3.704	2.967
Contas a receber pela venda de imobilizado	1.076	1.781	1.076	1.781
Outros	333	573	382	595
	7.899	8.680	7.948	8.702

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Produtos acabados	44.784	32.762
Produtos para revenda	69.259	36.795
Produtos em elaboração	35.417	38.965
Estoque em poder de terceiros	20.884	13.913
Matérias-primas e almoxarifado	39.894	51.714
Importações em andamento	8.156	16.816
Provisão para ajuste a valor de realização	(1.037)	(573)
	217.357	190.392

O aumento dos estoques de produtos acabados e para revenda observada em dezembro de 2011 deu-se, principalmente, para o atendimento da demanda prevista com base na entrada de pedidos em carteira.

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	2011	2010	2011	2010
IPI (a)	1.090	955	1.090	955
ICMS a recuperar	5.119	5.054	5.119	5.054
IRPJ e CSLL a compensar	3.177	491	3.177	491
INSS a recuperar (b)	3.705	-	3.705	-
Outros	682	485	687	515
	13.773	6.985	13.778	7.015
			Não circulante	
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
INCRA (c)	-	601	-	601
IPTU (d)	1.616	817	1.616	817
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	6.948	6.630	6.948	6.630
Outros	-	-	112	142
	8.564	8.048	8.676	8.190

(a) IPI - origina-se do saldo credor de IPI relativo à aquisição de matérias-primas, materiais intermediários e materiais de embalagem, em função da não tributação do IPI (tributado à alíquota zero) sobre artigos do vestuário. O saldo está sendo utilizado para compensação/quitação de PIS e COFINS. Não há atualização monetária por se tratar de crédito escritural.

(b) INSS a Recuperar - trata-se de ação que questionava o recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre valores pagos a autônomos, avulsos e administradores e que transitou em julgado em favor da Companhia em 08 de julho de 2011, no montante de R\$ 3.705, atualizado até 31 de dezembro de 2011, sendo R\$ 1.011 referente ao valor original e R\$ 2.694 referente atualização.

(c) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - a Cia. Hering registrou em 2007 o crédito fiscal referente ao INCRA, devido ao ganho de ação judicial que visava à declaração de inexigibilidade da contribuição ao INCRA, com trânsito julgado em 21 de novembro de 2006. Em 19 de setembro de 2011 foi expedido pelo Juiz, alvará determinando o depósito em favor da Cia. Hering.

(d) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) - a Cia. Hering registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando a reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. Em junho de 2011 a Companhia procedeu o registro da atualização monetária do crédito à taxa de 1% ao mês, da data do reconhecimento do crédito no montante de R\$ 739.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Composição

A Companhia registra impostos diferidos sobre as adições e exclusões temporárias como demonstrado a seguir:

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante no exercício.

	Têxtil Santa Catarina Ltda.	VH Serviços e Constr. S.A.	Garema Malhas Ltda.	HRG Interm. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	Hering Overseas Ltd.	2011	2010
Total de ativos circulante e não circulante	153	185	23	1.489	8.490	6.441	16.781	13.874
Total de passivos circulante e não circulante	-	198	29	82	7.451	1.965	9.725	8.775
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	153	(13)	(6)	1.407	1.039	4.476	7.056	5.099
Receitas líquidas do período	-	-	-	1.929	-	-	1.929	641
Resultado do período	(12)	(16)	19	1.514	(135)	(48)	1.322	(1.328)
Participação no capital em %	100,00%	94,16%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%		
Saldo no início do período	165	2	(25)	(107)	1.044	4.018	5.097	5.660
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	988
Equivalência patrimonial	(12)	(15)	19	1.513	(5)	458	1.958	(1.551)
Investimento pela equivalência patrimonial	153	(13)	(6)	1.406	1.039	4.476	7.055	5.097

continua...

Ativo

	2011	2010
Ajuste a valor presente - clientes	2.054	1.551
Ajuste a valor presente - fornecedores	(460)	(400)
Provisão para créditos de liquidação duvidosos	3.637	2.616
Provisão para despesas administrativas	1.031	1.263
Provisão para PPR	6.111	6.024
Provisão para despesas comerciais	1.516	378
Provisão para despesas variáveis de vendas	3.259	2.585
Provisão riscos cíveis e trabalhistas	2.400	2.197
Tributos com exigibilidade suspensa	420	1.247
Outras diferenças temporárias	1.265	580
Total do ativo	21.233	18.041

Passivo

Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(745)	(705)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.343)	(4.524)
Outras diferenças temporárias	(33)	-
Total do passivo	(5.121)	(5.229)

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensadas com lucros tributáveis.

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b) Movimentação dos impostos diferidos no exercício

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 2010	Movimentação	Saldo em 2011
Ativo			
Tributos com exigibilidade suspensa	1.247	(827)	420
Ajuste a valor presente - clientes	1.551	503	2.054
Provisões temporárias	15.243	3.516	18.759
	18.041	3.192	21.233
Passivo			
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(705)	(40)	(745)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.524)	181	(4.343)
Outras diferenças temporárias	-	(33)	(33)
	(5.229)	108	(5.121)

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgada, a Companhia no ano 2000, relativo ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados em abril de 2007 e janeiro de 2010, e dezembro de 2011. A Companhia permanece com a ação de execução judicial contra à Eletrobrás, buscando a realização de valores cujos montantes ainda não foram definidos pela Justiça Federal.

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Durante o exercício não foram recebidos dividendos das investidas. O total dos investimentos com valores negativos em função do passivo a descoberto das controladas no montante de R\$ 19 (R\$ 132 em 2010), foi classificado na rubrica de passivo a descoberto no passivo não circulante.

Conforme orientado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, parágrafo 15, o investimento mantido na controlada Hering Overseas Ltda. está apresentado pelo valor líquido de um empréstimo devido pela Companhia àquela empresa pois foi considerado, em essência, como parte do investimento líquido. Essa apresentação foi efetuada considerando, principalmente, que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível. O valor do patrimônio líquido da Hering Overseas Ltda. em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 213.349, e o valor a receber da Cia. Hering (passivo da Companhia) era de R\$ 208.873.

14. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	99.714	(15.013)	84.701	86.150
Instalações e equipamentos de produção	148.698	(55.244)	93.454	87.414
Móveis e utensílios	16.291	(8.414)	7.877	5.592
Bens de informática	19.935	(6.229)	13.706	10.080
Veículos	1.611	(763)	848	525
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.886	(1.282)	8.604	4.260
Terrenos	28.636	-	28.636	28.636
Obras em andamento	812	-	812	1.569
	325.583	(86.945)	238.638	224.226

b) Movimentação do custo e depreciação

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2011 é demonstrado conforme a seguir:

Custo:	Saldo em 2010		Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2011	
	Saldo em 2010	Adições			Saldo em 2011	Saldo em 2011
Edifícios e benfeitorias	97.690	83	1.941	-	-	99.714
Instalações e equipamentos de produção	129.691	13.622	5.699	(314)	-	148.698
Móveis e utensílios	12.707	3.720	136	(272)	-	16.291
Bens de informática	14.077	5.502	699	(343)	-	19.935
Veículos	1.217	511	-	(117)	-	1.611
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.150	-	4.825	(89)	-	9.886
Terrenos	28.636	-	-	-	-	28.636
Obras em andamento	1.569	12.575	(13.300)	(32)	-	812
	290.737	36.013	-	(1.167)	-	325.583
Depreciação:						
Edifícios e benfeitorias	(11.540)	(3.473)	-	-	-	(15.013)
Instalações e equipamentos de produção	(42.277)	(13.174)	-	207	-	(55.244)
Móveis e utensílios	(7.115)	(1.530)	-	231	-	(8.414)
Bens de informática	(3.997)	(2.473)	-	241	-	(6.229)
Veículos	(692)	(149)	-	78	-	(763)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(890)	(402)	-	10	-	(1.282)
	(66.511)	(21.201)	-	767	-	(86.945)
	224.226	14.812	-	(400)	-	238.638

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrado conforme a seguir:

Custo:	Saldo em 2009		Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2010	
	Saldo em 2009	Adições			Saldo em 2010	Saldo em 2010
Edifícios e benfeitorias	93.161	107	4.422	-	-	97.690
Instalações e equipamentos de produção	85.159	36.824	8.153	(445)	-	129.691
Móveis e utensílios	11.258	1.912	(63)	(400)	-	12.707
Bens de informática	7.747	4.965	1.558	(193)	-	14.077
Veículos	989	280	-	(52)	-	1.217
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.305	-	845	-	-	5.150
Terrenos	28.636	-	-	-	-	28.636
Obras em andamento	846	15.638	(14.915)	-	-	1.569
	232.101	59.726	-	(1.090)	-	290.737

	Saldo em 2009	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2010
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(8.146)	(3.394)	-	-	(11.540)
Instalações e equipamentos de produção	(32.635)	(9.864)	-	222	(42.277)
Móveis e utensílios	(6.176)	(1.315)	-	376	(7.115)
Bens de informática	(2.540)	(1.600)	-	143	(3.997)
Veículos	(628)	(96)	-	32	(692)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(565)	(325)	-	-	(890)
	(50.690)	(16.594)	-	773	(66.511)
	181.411	43.132	-	(317)	224.226

c) Revisão de vida útil

Em virtude da revisão de vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2010, as taxas de depreciação sofreram as seguintes alterações em relação ao período anterior:

	Taxa de depreciação novas	Taxas de depreciação anteriores
Edifícios e benfeitorias	2 a 6,67%	2%
Instalações e equipamentos de produção	3,3 a 20%	10 e 20%
Móveis e utensílios	5 a 6,67%	10 e 20%
Bens de informática	5 a 33,33%	20%
Veículos	14%	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 a 20%	10 e 18%

Devido à ampla faixa de taxas de depreciação, calculamos a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo imobilizado:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,95
Instalações e equipamentos de produção	10,95
Móveis e utensílios	9,92
Bens de informática	6,04
Veículos	6,11
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16,35

Em decorrência da definição da nova vida útil para os ativos da Companhia, o montante de R\$ 7.163 foi revertido da despesa de depreciação no custo dos produtos vendidos e nas demais despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Não foi possível estimar o efeito da alteração da nova vida útil para os períodos subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do imobilizado, e que nos períodos subsequentes há aquisições e baixas de bens do ativo imobilizado.

Em 2011 não houve necessidade de alteração da vida útil dos ativos imobilizados, mantendo a avaliação efetuada no ano de 2010.

d) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrados na nota explicativa 16.

e) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Vida útil definida				
Marcas e patentes (i)	2.410	(1.853)	557	554
Fundo de comércio (ii)	30.685	(14.045)	16.640	17.903
Software (iii)	30.372	(18.231)	12.141	7.632
	63.467	(34.129)	29.338	26.089

(i) Refere-se ao registro das marcas da Companhia, acrescido do custo pela renovação das mesmas junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.

(ii) Trata-se do registro dos pontos comerciais das lojas próprias que são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

(iii) Refere-se ao registro dos *softwares* adquiridos de terceiros que são amortizados pela vida útil definida em laudo da avaliação. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.

b) Movimentação do custo e amortização

A movimentação do intangível consolidado em 31 de dezembro de 2011 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
Custo:				
Marcas e patentes	2.296	114	-	2.410
Fundo de comércio	26.735	4.246	(296)	30.685
<i>Software</i>	23.244	7.128	-	30.372
	52.275	11.488	(296)	63.467
Amortização:				
Marcas e patentes	(1.742)	(111)	-	(1.853)
Fundo de comércio	(8.832)	(5.415)	202	(14.045)
<i>Software</i>	(15.612)	(2.619)	-	(18.231)
	(26.186)	(8.145)	202	(34.129)
	26.089	3.343	(94)	29.338

A movimentação do intangível consolidado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 2009	Adições	Impair-ment	Saldo em 2010
Custo:				
Marcas e patentes	3.509	544	(1.757)	2.296
Fundo de comércio	18.435	8.300	-	26.735
<i>Software</i>	20.876	2.368	-	23.244
	42.820	11.212	(1.757)	52.275
Amortização:				
Marcas e patentes	(1.639)	(103)	-	(1.742)
Fundo de comércio	(4.847)	(3.985)	-	(8.832)
<i>Software</i>	(13.162)	(2.450)	-	(15.612)
	(19.648)	(6.538)	-	(26.186)
	23.172	4.674	(1.757)	26.089

c) Valor recuperável de ativos

Com o intuito de proteger a marca da Companhia, foi adquirida através de sua controlada Garema, no final do ano de 2009, a marca Cristais Hering. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou provisão de perda por desvalorização do valor integral desta marca no montante de R\$ 1.757. O montante provisionado refere-se ao valor da marca em 31 de dezembro de 2010, ao custo de aquisição, sendo a provisão reconhecida no grupo de outras despesas operacionais no exercício de 2010. A provisão é revista anualmente ou no momento em que um fato novo venha demonstrar, expectativa de geração de fluxos de caixa futuros pela utilização ou resultado pelo valor líquido de venda. Neste momento a marca não está em uso, e não há expectativa de geração de fluxos de caixa futuros pela utilização ou venda da marca.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

a) Saldos

Modalidade:	Encargos anuais	Ano de vencimento	Controladora e Consolidado		
			Moeda	2011	2010
Capital de giro	Juros de 6,75%	2012	R\$	491	681
	Juros de 120% do CDI	2011/2013	R\$	11.658	19.436
	Juros de 7%	2011	R\$	-	14.204
	Juros de 9%	2013	R\$	9.451	-
Investimentos:					
	BNDES (i)				
	Juros de 5% mais TJLP	2015	R\$	11.951	15.258
FNE	Juros de 10%	2014	R\$	1.371	1.258
FCO	Juros de 10%	2011	R\$	-	3.067
				34.922	53.904
				11.800	27.799
				23.122	26.105

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

CDI - Certificado Depósito Interbancário

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste

(i) O saldo do empréstimo captado junto ao BNDES tem prazo de vencimento até 2015 e é garantido por bens do ativo imobilizado, conforme previsto originalmente em contrato.

As captações ocorridas durante os exercícios de 2010 e 2011, não continham custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
2013		15.655
2014		1.926
2015		5.541
		23.122

b) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES e Banco Nordeste (FNE) são garantidos por bens do imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade de empréstimo	Garantia	Consolidado	
		2011	2010
BNDES	Terrenos	13.154	13.154
BNDES	Edifícios e benfeitorias	41.347	42.159
Banco Nordeste	Terrenos	157	157
Banco Nordeste	Edifícios e benfeitorias	3.926	4.344
Banco Nordeste	Máquinas	1.229	1.631
		59.813	61.445

Em garantia dos empréstimos e financiamentos, além de alienação de bens, a Companhia ofereceu avais de acionista no valor de R\$ 13.322 (R\$ 16.516 em 2010), e certas aplicações financeiras que estão classificadas como mantidas até o vencimento R\$ 937 (R\$ 1.257 em 2010). A execução das garantias pode ocorrer na hipótese de inadimplência no pagamento dos empréstimos.

c) Cláusulas restritivas (covenants financeiros)

A Companhia possuía empréstimos e financiamentos junto ao Credit Suisse, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 11.658 (R\$ 19.436 em 2010). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente e anualmente, sendo que esses índices estão relacionados a relação entre dívida líquida e EBITDA (refere-se à sigla em inglês para "Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização") e relação entre EBITDA e despesa financeira líquida. Caso esses índices não sejam atingidos, o banco poderá declarar vencido antecipadamente o valor devido. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos.

17. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2011	2010	2011	2010
REFIS IV (a)				
Salário Educação	300	260	1.037	1.245
INSS	2.565	2.325	9.781	11.278
PIS/COFINS/IOF	5.358	4.837	10.907	14.577
Parcelamento ICMS (b)	-	682	-	1.704
	8.223	8.104	21.725	28.804

(a) REFIS IV - A Companhia formalizou pedido de adesão ao REFIS IV em novembro de 2009 na modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), beneficiando-se da redução no saldo de multas e juros incidentes sobre os débitos parcelados nas modalidades PAEX e Outros Parcelamentos até aquela data. Também foram incluídos nesta modalidade débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente, que eram objetos de discussões administrativas e judiciais.

(b) Parcelamento ICMS - A Companhia formalizou em julho de 2010, junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, pedido de parcelamento de ICMS relativo a créditos sobre materiais intermediários, do período de jan/2005 a dez/2007. Em agosto de 2011, a Companhia efetuou o recolhimento integral do saldo do parcelamento do ICMS em virtude do benefício advindo da Lei nº 15.510/2011 (Revigorar III) que consistiu na redução de 95% da multa e juros.

O saldo remanescente do parcelamento é atualizado com base na taxa SELIC. No ano de 2011 foi efetuado pagamento no montante de R\$ 7.620 (R\$ 6.924 em 2010) referente aos impostos parcelados REFIS e R\$ 2.093 (R\$ 339 em 2010) referente ao parcelamento de ICMS.

Em 31 de dezembro de 2011 as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2013	7.441
2014	3.484
2015	3.539
2016	1.587
2017 a 2024	5.674
	21.725

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamentos acima mencionados está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2011	2010	2011	2010
ICMS sobre vendas	7.236	6.643	-	-
PIS e COFINS	6.949	3.596	-	-
Imposto de renda e contribuição social	45.264	8.673	-	530
Imposto de renda retido na fonte	1.407	1.226	-	-
Outros	367	294	-	-
	61.223	20.432	-	530

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2011	2010	2011	2010
PRODEC - SC (a)	4.037	2.789	33.401	34.460
PRODEC III - SC (b)	-	-	9.307	6.420
Fomentar - GO (c)	-	-	51	51
PROADI - RN (d)	29	29	-	-
Produzir (e)	612	78	-	-
	4.678	2.896	42.759	40.931

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável.

(a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - destinado a financiar a modernização de empreendimentos que contribuam para geração de empregos e renda à sociedade catarinense e que incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual. A principal obrigação da Companhia por fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, sendo que estes foram devidamente cumpridos ao longo do período em que o incentivo foi usufruído.

O valor contratado em julho de 1999 foi de R\$ 67.883, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses e findou em maio de 2010. A liquidação deste financiamento iniciou-se em julho de 2004 e finda em junho de 2016. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. e atualização monetária de 50% IGPM-FGV ao mês.

(b) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R\$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. A principal obrigação da Companhia por fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual.

(c) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis.

O valor contratado em novembro de 1998 foi de R\$ 66.114 para um período de fruição de 240 meses, sendo que sua utilização ocorreu até fevereiro de 2009, quando foi substituído pelo Programa Produzir. O valor do benefício é atualizado à taxa de juros de 0,2% ao mês, não capitalizável, incidente sobre a totalidade do saldo devedor e pago mensalmente. O montante total utilizado pela Companhia em 2009 foi de R\$ 3.757, registrado no resultado do exercício na rubrica Deduções sobre Vendas.

A Companhia tinha, por fruição deste incentivo, como principais obrigações a implantação de sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Tais obrigações foram integralmente cumpridas durante todo o período de fruição do incentivo.

(d) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - destinado à formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim.

Pelo contrato firmado o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses, sendo que iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Não há valor limite neste benefício.

O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2011 foi de R\$ 11.226 (R\$ 10.370 em 2010) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas.

Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR.

Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia.

(e) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas.

O valor contratado em março de 2009 foi de R\$ 68.573, sendo que o início de utilização do benefício se deu em maio de 2009 e finda em outubro de 2018. Não houve utilização em 2011 (R\$ 701 em 2010) e está contabilizado nas contas de resultado na rubrica Deduções sobre Vendas.

A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício.

De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano.

As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Produzir, Fomentar, Tare 221/01, Crédito Outorgado, Pró-Emprego e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela *internet* são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R\$ 96.699 em 2011 e R\$ 65.421 em 2010) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 12.101 em 2011 e R\$ 7.455 em 2010). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS. Em 2010, os Estados de Goiás e Rio Grande do Norte validaram os investimentos realizados pela Companhia desde o início do aproveitamento dos incentivos fiscais Proadi, Produzir, Fomentar, respectivamente, estabelecendo que as metas previstas/acordadas para os referidos incentivos foram cumpridas. Com relação ao benefício do Pró-Emprego, concedido pelo Estado de Santa Catarina, restou certificado em 2010 o cumprimento da totalidade das metas acordadas para o projeto. Considerando que a Companhia obteve em 2010, a confirmação de que os referidos benefícios fiscais poderiam ser caracterizados como subvenção para investimento, efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento, no montante de R\$ 84.252 em 2010 e R\$ 39.906 em 2011, na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195 - A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para contingências, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2011	2010	2011	2010
Provisões para contingências:				
Trabalhistas (a)	914	914	4.977	4.127
Tributárias (b)	-	21	496	496
Cíveis (c)	-	-	1.169	1.421
Despesas comerciais (d)	14.043	8.714	-	-
Despesas administrativas (e)	1.912	2.405	2.844	5.171
Provisão para participação nos resultados	19.100	17.719	-	-
	35.969	29.773	9.486	11.215

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 3.704 (R\$ 2.967 em 2010).

(b) Tributárias - refere-se às discussões judiciais relativas ao IPTU, para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 496.

(c) Cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável.

(d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes e fretes sobre vendas.

(e) Provisão despesas administrativas - consiste na provisão para pagamentos de honorários advocatícios, parcela a pagar da contribuição previdência privada HERINGPREVI referente ao tempo de serviços passados e provisão para pagamento de INSS Lei nº 12.546.

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 38.153 (R\$ 32.584 em 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Em relação às contingências possíveis, destaca-se o processo cível que a Companhia mantém contra a Massa Falida do Banco Santos, figurando como parte ativa requerendo a declaração de quitação total das dívidas junto ao Banco Santos, no montante de R\$ 20.780 mil. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos mantém dois processos contra a Cia. Hering, requerendo a revogação de Carta Garantia vinculadas aos empréstimos, cujos valores de possíveis perdas são de R\$ 5.927 mil e USD 5.830 mil.

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no período:

	Circulante e Não circulante				Saldo em 2011
	Saldo em 2010	Adições	Reversões	Utilização	
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	5.041	2.148	(92)	(1.206)	5.891
Tributárias	517	-	-	(21)	496
Cíveis	1.421	330	(295)	(287)	1.169
Despesas comerciais	8.714	38.412	-	(33.083)	14.043
Despesas administrativas	7.576	13.215	(307)	(15.728)	4.756
Provisão participação nos resultados	17.719	29.790	(1.000)	(27.409)	19.100
	<u>40.988</u>	<u>83.895</u>	<u>(1.694)</u>	<u>(77.734)</u>	<u>45.455</u>
	Circulante e Não circulante				Saldo em 2010
	Saldo em 2009	Adições	Reversões	Utilização	
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	3.558	2.446	(148)	(815)	5.041
Tributárias	517	-	-	-	517
Cíveis	1.385	76	-	(40)	1.421
Despesas comerciais	7.139	28.833	(62)	(27.196)	8.714
Despesas administrativas	4.467	13.872	(1.376)	(9.387)	7.576
Provisão participação nos resultados	14.786	31.087	(3.814)	(24.340)	17.719
	<u>31.852</u>	<u>76.314</u>	<u>(5.400)</u>	<u>(61.778)</u>	<u>40.988</u>

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras de empréstimos entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir.

a) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seu Conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Honorários da Administração	6.511	6.083	6.527	6.096
Remuneração variável	4.021	3.142	4.021	3.142
Benefícios de curto prazo	974	937	974	937
Outros (INSS)	2.107	1.846	2.107	1.846
Remuneração com base em ações	1.820	1.185	1.820	1.185
	<u>15.433</u>	<u>13.193</u>	<u>15.449</u>	<u>13.206</u>

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição.

b) Outras transações com partes relacionadas

As transações referem-se aos contratos de mútuos sobre os quais não há incidência de juros. O prazo de validade destes contratos é indeterminado.

	Controladora			
	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	2011	2010	2011	2010
VH Serviços e Construções S.A.	198	190	-	-
Têxtil Santa Catarina Ltda.	-	-	33	15
Garema Malhas Ltda.	30	47	-	-
HRG Com. do Vest. e Inter. Serv. Fin. Ltda.	-	161	-	-
Hering Internacional SAFI	-	-	2.911	2.585
	<u>228</u>	<u>398</u>	<u>2.944</u>	<u>2.600</u>

Em 31 de dezembro de 2011, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas.

Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos

produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. No ano de 2011, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 707.

c) Vendas para partes relacionadas

A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 21.632 (R\$ 18.828 em 31 de dezembro de 2010), do qual R\$ 7.306 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 7.014 em 31 de dezembro de 2010). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 9.600, como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**Plano de Previdência Privada**

O Bradesco Multi Pensions é uma entidade fechada de previdência privada, que tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares aos da previdência social, principalmente a planos de aposentadoria, atendendo a todos os funcionários do grupo Hering, que aderirem ao plano. Os planos de previdência complementar oferecido aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida.

As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano concede aos funcionários contribuintes do plano o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) e aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pago em parcela única.

O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2011 era de 191 pessoas, tendo contribuído no ano de 2011 com o montante de R\$ 662 e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizam, em dezembro de 2011, 8.350 pessoas, cujo valor contribuído pela patrocinadora referente ao benefício mínimo desses participantes no ano de 2011 totalizou R\$ 180.

A Companhia determinou que, de acordo com os termos e condições da parte do plano que contem benefícios definidos e de acordo com exigências estatutárias (como exigências de financiamento mínimo) dos planos das respectivas jurisdições, o valor presente de reembolsos ou reduções em contribuições futuras, não é menor que o balanço do valor justo total dos ativos do plano, menos o valor presente total das obrigações. A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2011, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

a) Saldos do plano

	Consolidado	
	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	19.909	17.129
Valor justo dos ativos do plano	19.616	18.902
Déficit (superávit) para planos cobertos	<u>293</u>	<u>(1.773)</u>

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Consolidado	
	2011	2010
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	17.129	15.357
Custos do serviço corrente e juros	212	166
Juros sobre obrigação atuarial	1.763	1.653
(Ganho)/perda atuarial	2.162	1.203
Benefícios pagos no ano	(1.357)	(1.250)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	<u>19.909</u>	<u>17.129</u>

c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Consolidado	
	2011	2010
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	18.902	18.802
Retorno esperado dos ativos do plano	2.126	2.103
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(234)	(892)
Contribuições de patrocinadora	180	141
Benefícios pagos pelo plano	(1.358)	(1.252)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	<u>19.616</u>	<u>18.902</u>

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos.

d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Consolidado	
	2011	2010
Custo do serviço corrente	212	166
Juros sobre as obrigações atuariais	1.763	1.653
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.126)	(2.103)
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	<u>(151)</u>	<u>(284)</u>

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Consolidado	
	2011	2010
Montante acumulado em 1º de janeiro	(1.084)	(3.179)
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	2.396	2.095
Montante acumulado em 31 de dezembro	1.312	(1.084)

f) Premissas atuariais

(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial

	2011	2010
Taxa de desconto nominal	11,30%	10,80%
Taxa de aumento nominal do salário	7,60%	6,60%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,50%	4,50%

(ii) Hipóteses usadas para determinar a despesa (receita) a ser reconhecida

	2011	2010
Taxa de desconto nominal	10,80%	11,30%
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	11,70%	11,60%
Taxa de aumento nominal do salário	6,60%	6,60%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. As tabelas de mortalidade utilizadas foram AT-83 *Male*, RRB-1944(MI) e RRB-1944(EI). A idade na data de aposentadoria considerada é de 55 anos, 100% se aposentam na 1ª elegibilidade a aposentadoria antecipada.

Plano de Assistência Médica

A Companhia possui os planos de assistência médica Bradesco Saúde e Sul América para seus funcionários. Os participantes dos planos em 31 de dezembro de 2011 estavam assim apresentados:

Empregados	Planos	
	Bradesco	Sul América
Empregados ativos	1.671	276
Empregados aposentados	-	4
Empregados aposentados por invalidez	84	3
Empregados desligados	17	6

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia contabilizou um passivo no valor total de R\$ 12.862, correspondente a estimativa do incremento futuro no custo do plano de saúde oferecidos aos seus funcionários em decorrência da possibilidade desses funcionários ao se aposentarem ou forem desligados, fazerem a opção por permanecer no plano de saúde nas mesmas condições oferecidas aos demais funcionários ativos. Esta possibilidade está amparada pela Lei nº 9.656/98. A contabilização do passivo foi efetuada contra a rubrica de lucros acumulados e não foi efetuada em exercícios anteriores por não haver a apuração do valor disponível. A Administração avalia que o efeito do registro da provisão em exercícios anteriores não representaria um valor significativo que mudaria a visão e entendimento do leitor das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. A apuração do passivo foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas identificadas a seguir:

Principais hipóteses atuariais

Financeiras	2011
Taxa de desconto da obrigação atuarial	11,30% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Não Aplicável
<i>Health Care Cost Trend Rate</i>	8,66% a.a.
Fator de Idade (<i>Aging Factor</i>)	3,50%
Taxa anual de inflação a longo prazo	5,50%
Biométricas	
Tábua de mortalidade geral	AT - 1983 <i>Male</i>
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1944 (MI)
Tábua de entrada em invalidez	RRB - 1944 (EI)

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 10.697 (R\$ 7.695 em 2010) representativos de 2,83% do saldo de contas a receber em aberto (2,5% em 2010), para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	199.849	114.549
Aplicações financeiras	937	1.257
Contas a receber de clientes	378.604	307.680
Outras contas a receber	15.704	19.017

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

Contas a receber	Consolidado	
	2011	2010
A vencer	370.304	301.215
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	2.476	2.160
De 31 a 90 dias	1.236	1.027
De 91 a 180 dias	1.256	1.044
De 181 a 360 dias	1.265	853
Acima de 360 dias	2.067	1.381
	378.604	307.680

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Consolidado	
	2011	2010
Saldo no início do exercício	(7.695)	(12.361)
Adições	(6.394)	(6.304)
Baixas	3.392	10.970
Saldo no final do exercício	(10.697)	(7.695)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Consolidado	
	2011	2010
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	188.481	101.318
Passivos financeiros	(23.609)	(34.694)
	164.872	66.624
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	(11.313)	(19.210)
	(11.313)	(19.210)

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2011, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2011:

	Consolidado				
	2012	2013	2014	2015	Total
Empréstimos e financiamentos	11.800	15.655	1.926	5.541	34.922
Fornecedores e outras contas a pagar	131.277	347	58	-	131.682
	143.077	16.002	1.984	5.541	166.064

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas na quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2011	2010
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	4.694	6.290
Contas a receber (nota explicativa 7)	2.787	3.387
Adiantamentos a fornecedores (nota explicativa 8)	2.917	5.503
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	76	151
Fornecedores	(9.853)	(24.713)
	621	(9.382)

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

b) Instrumentos financeiros - valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	199.849	199.849	114.549	114.549
Custo amortizado:				
Aplicações financeiras	937	937	1.257	1.257
Clientes e outras contas a receber	369.623	369.623	305.737	305.737
Empréstimos e financiamentos	(34.922)	(34.922)	(53.904)	(53.904)
Fornecedores e outras contas a pagar	(131.682)	(131.682)	(134.770)	(134.770)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Pelas razões anteriormente descritas, os valores justos apresentados foram definidos no nível 3 da hierarquia de valor justo.

c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se:

Geração de Caixa Livre: a Companhia tem como meta a diminuição da necessidade de investimentos em capital de giro, com foco nas contas a receber de clientes e no prazo médio de pagamento a fornecedores. O montante de caixa livre é determinado pelo cálculo que considera EBITDA, itens não caixa, imposto de renda, capital de giro e investimentos.

Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas.

Os indicadores de geração de caixa livre e gestão da dívida em 31 de dezembro de 2011 estão abaixo apresentados:

	Consolidado	
	2011	2010
Dívida Curto Prazo	(11.800)	
Dívida Longo Prazo	(23.122)	
Total da Dívida	(34.922)	
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	200.786	
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	165.864	
Geração de Caixa Livre	189.975	

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre.

d) Análise de sensibilidade**(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2011 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 10,87% (taxa anualizada para o período referência) e TJLP de 6,0%. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Operação	Valores	Risco	Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações financeiras	R\$ 188.481 (*)	Baixa CDI	10,87	20.488	8,15	15.366	5,44	10.244

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2011 de aplicações em CDB e Operações compromissadas sujeitas à variação do CDI.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Operação	Valores	Risco	Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimo - Capital de Giro	R\$ 11.658 (*)	Alta CDI	10,87	(1.267)	13,59	(1.584)	16,31	(1.901)
Empréstimo - BNDES	R\$ 11.951 (**)	Alta TJLP	6,00	(717)	7,50	(896)	9,00	(1.076)

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2011 sujeitos à variação do CDI

(**) Saldo em 31 de dezembro de 2011 sujeitos à variação do TJLP

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2011 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo 2011	Consolidado					
		Provável		Possível		Remoto	
		Taxa	(Perda)	Taxa	(Perda)	Taxa	(Perda)
Caixa em moeda estrangeira	4.694	1,8758	-	2,3448	1,174	2,8137	2,347
Contas a receber	2.787	1,8758	-	2,3448	697	2,8137	1,394
Adiantamentos a fornecedores	2.917	1,8758	-	2,3448	729	2,8137	1,459
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	76	1,8758	-	2,3448	19	2,8137	38
Fornecedores	(9.853)	1,8758	-	2,3448	(2.463)	2,8137	(4.927)
Exposição e ganhos e perdas líquidos	621				156		311

e) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2011, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**a) Capital social**

O capital social autorizado é composto por 350.000 mil ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado é composto por ações ordinárias distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2011		2010	
Investimento e Participação INPASA S.A.	14.716.677	9,0%	14.716.677	9,0%
Ivo Hering	11.768.370	7,2%	11.768.370	7,2%
Amundi Asset Management (Gestora) (*)	8.099.806	5,0%	8.133.444	5,0%
Lone Pine (Gestora) (**)	8.675.370	5,3%	-	-
HSBC (Gestora) (*)	3.430.996	2,1%	9.634.038	5,9%
Tarpon (Gestora) (*)	-	-	9.764.050	6,0%
Outros	116.738.895	71,4%	108.705.500	66,9%
	163.430.114	100%	162.722.079	100%

(*) Gestores com sede no Brasil

(**) Gestor com sede nos Estados Unidos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2010, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações pós-desdobramento.

b) Reserva de capital

Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

c) Reservas de lucros**• Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	297.274
Reserva legal 5%	14.864

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

• Outras reservas de lucros**Incentivos fiscais**

Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos, representadas pelos incentivos fiscais concedidos a Companhia pelos estados de Goiás (Fomentar/Produzir), Rio Grande do Norte (Proadi) e Santa Catarina (Pró-emprego) no montante de R\$ 39.906 e R\$ 6.749 decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração. Conforme regulamentação aplicável a esses incentivos, essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

A subvenção para investimento decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração foi contabilizada no resultado do exercício, na rubrica Despesas IRPJ, no montante de R\$ 6.749.

d) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	297.274
(-) Ajuste atuarial de plano de previdência privada	(2.396)
(-) Ajuste atuarial de plano de saúde	(12.862)
(+) Ajuste de correção monetária	352
(-) Reserva de lucro - subvenção de incentivos	(46.655)
(-) Reserva legal	(14.864)
Base de cálculo	<u>220.849</u>

Dividendos obrigatórios (25%)

Dividendos deliberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras	10.160
Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos a aprovação da AGO	106.230

Durante o exercício de 2011 foi pago o montante de R\$ 65.372 correspondentes aos dividendos obrigatórios de R\$ 55.212 e dividendos deliberados e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras de R\$ 10.160. Do montante total pago, R\$ 34.320 referem-se à dividendos deliberados em reunião do Conselho de 22 de setembro de 2011 para pagamento em 13 de outubro de 2011, e R\$ 31.052 referem-se a juros sobre capital próprio conforme descrito na nota 25. A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

Os dividendos adicionais propostos representam a proposta da Administração para ser deliberada na Assembleia dos acionistas.

Os dividendos e juros sobre capital próprio, calculados por ação, estão apresentados como segue:

Valor total proposto	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R\$)
14.709	163.430	0,09
34.320	163.430	0,21
16.343	163.430	0,10
106.230	163.430	0,65

e) Outros resultados abrangentes

O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada Hering Previ.

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no ano de 2011 foram pagos aos acionistas: (i) o montante de R\$ 8.115 (líquido do IRRF no montante de R\$ 1.314 pagos em dezembro de 2010) correspondentes ao ano de 2010, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2010; (ii) o montante de R\$ 12.718 (líquido do IRRF no montante de R\$ 1.991 pagos em junho de 2011) aprovado em reunião do Conselho de Administração de 16 de junho de 2011 e (iii) o montante de R\$ 14.123 (líquido do IRRF no montante de R\$ 2.197 pagos em dezembro de 2011) aprovado em reunião do Conselho de Administração de 08 de dezembro de 2011 correspondentes ao ano de 2011.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados, um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 2011, o montante correspondente a participação nos resultados totalizou R\$ 28.790 (R\$ 23.364 em 2010). Deste valor o montante de R\$ 9.087 (R\$ 7.014 em 2010) já foi pago durante o exercício.

27. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações:

(a) Primeiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 29 de maio de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do primeiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 532.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 9,61 (nove reais e sessenta e um centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A. Em 28 de maio de 2009 foi cancelado o equivalente a 58.000 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

(b) Segundo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 28 de maio de 2009, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do segundo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 304.048 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 7,18 (sete reais e dezoito centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

(c) Terceiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 27 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do terceiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 184.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

(d) Quarto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 04 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do quarto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 265.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 31,84 (trinta e um reais e oitenta e quatro centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

O número de ações mencionados nos tópicos (a), (b) e (c), refere-se a quantidade de ações antes do desdobramento mencionado na nota explicativa 24.

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário.

Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia.

Para fins comparativos, estamos considerando o desdobramento das ações para o 1º, 2º e 3º programas, para as opções de ações outorgadas, exercidas e canceladas desde o início dos programas de opções. Do número total de 3.325.144 (1º, 2º e 3º programas após o desdobramento e 4º programa) opções de ações outorgadas nos programas, 306.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o exercício de 2009, 633.036 durante o exercício de 2010, 708.035 durante o exercício de 2011 e 174.000 foram canceladas no exercício de 2009. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2011, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,92%.

O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Empresa apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o método *Black & Scholes*. O valor justo das opções na data da outorga representou um montante de R\$ 3.065 para a 1ª opção, R\$ 2.520 para a 2ª opção, R\$ 4.559 para a 3ª opção e R\$ 3.946 para a 4ª opção, os quais serão reconhecidos no resultado durante o período que compreende a data da outorga até o prazo máximo de exercício das opções. No ano de 2011 a Companhia reconheceu no resultado um valor de R\$ 1.820 (R\$ 1.185 em dezembro de 2010).

As apurações do valor justo das opções de ações, efetuadas sob o método *Black & Scholes*, consideram as seguintes premissas para sua precificação:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	R\$/ação
Preço de fechamento	10,424	11,04	41,50	33,50	R\$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	a.a.
Cupom de IPCA (*)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	R\$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	R\$ mil
Quantidade de ações após o desdobramento (**)	1.596.000	912.144	552.000	265.000	

(*) Taxa de juros livre de risco

(**) Em 29 de outubro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações após o desdobramento. Esse desdobramento está refletido na quantidade de ações outorgadas no 1º, 2º e 3º programas.

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, foi obtida diretamente do serviço Bloomberg para os 1º, 2º e 3º programas, e para o 4º programa de 04 de maio de 2011, foi retirada diretamente do serviço Economática. O preço do fechamento para a data específica é de R\$ 10,424 por ação para o 1º programa, R\$ 11,040 por ação para o 2º programa, R\$ 41,50 para o 3º programa e R\$ 33,50 para o 4º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa e 04 de maio de 2011, para o 4º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 a 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 à 28 de maio de 2009 para o 2º programa, e do período de 28 de maio de 2009 a 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do serviço Bloomberg e do período de 31 de maio de 2010 a 04 de maio de 2011 para o 4º programa, do serviço Economática, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*.

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções está demonstrado a seguir:

	2011		2010	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	1.947.108	5,80	676.048	8,98
Opções outorgadas	265.000	31,84	184.000	36,67
Opções exercidas	(708.035)	5,07	(211.012)	9,57
Opções substituídas	-	-	-	-
Opções expiradas	-	-	-	-
Desdobramento de ações	-	-	1.298.072	5,80
Opções canceladas	-	-	-	-
Opções em circulação no final do exercício	<u>1.504.073</u>	11,34	<u>1.947.108</u>	5,80
Opções exercíveis no final do exercício	13.500	13,38	-	-

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita de venda mercado interno	1.417.909	1.031.894	1.420.077	1.032.573
Receita de venda em lojas próprias	236.720	197.113	236.720	197.113
Receita de venda mercado externo	21.376	21.170	21.376	21.170
Receita de <i>royalties</i>	16.553	11.563	16.553	11.563
Devoluções	(47.418)	(27.298)	(47.418)	(27.298)
Receita bruta de vendas	1.645.140	1.234.442	1.647.308	1.235.121
Ajuste a valor presente - Receita	(37.429)	(22.992)	(37.429)	(22.992)
Ajuste a valor presente - ICMS	352	600	352	600
Abatimentos e Repasse IBCC	(5.532)	(3.691)	(5.532)	(3.691)
Impostos sobre as vendas	(251.227)	(195.514)	(251.466)	(195.552)
Deduções da receita	(293.836)	(221.597)	(294.075)	(221.635)
Receita líquida	1.351.304	1.012.845	1.353.233	1.013.486

29. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas variáveis de vendas	85.927	67.217	85.927	67.217
Despesas com pessoal	53.343	43.722	53.343	43.722
Despesas com propaganda e publicidade	30.895	22.609	30.895	22.609
Despesas com locação de imóveis	17.695	15.209	17.695	15.209
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.832	(1.596)	4.832	(1.596)
Despesas com amostras e desenv. de produtos	9.512	8.894	9.512	8.894
Despesas com viagens e estadias	4.494	4.826	4.494	4.826
Despesas com serviços de terceiros	3.801	4.347	3.801	4.347
Outras despesas	2.047	4.867	2.050	4.870
	212.546	170.095	212.549	170.098

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas com pessoal	10.968	9.819	10.968	9.819
Despesas com serviços de terceiros	8.396	6.842	8.396	6.842
Despesas com propaganda institucional	2.208	2.754	2.208	2.754
Despesas com serviços de TI	2.693	2.506	2.693	2.506
Despesas com doações	2.023	1.699	2.023	1.699
Despesas com viagens	823	843	823	843
Despesas com materias gerais	441	608	441	608
Outras despesas	2.969	1.706	3.009	1.784
	30.521	26.777	30.561	26.855

31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2011	2010
Outras receitas operacionais		
Créditos tributários (a)	7.638	778
Redução INSS Lei nº 12.546/11	366	-
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	656	-
Receita venda ações Eletrobrás e reversão provisão	-	2.690
Indenização recebida de sinistro	200	1.568
Reversão outras despesas	729	932
Redução multa parcelamento tributário ICMS	-	390
Outras	1.046	1.415
	10.635	7.773
Outras despesas operacionais		
Constituições de provisões trabalhistas e cíveis	(2.163)	(2.671)
Plano de ações	(1.820)	(1.185)
Honorários advocatícios	(1.436)	(1.091)

Consolidado

	2011	2010
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(459)	-
Parcelamento tributário ICMS	-	(2.787)
Custo venda de investimento ações Eletrobrás e provisão para perda	-	(3.011)
Realocação de bens do ativo imobilizado	(288)	(2.458)
Projeto Museu Hering e Projetos Sociais	(299)	(1.373)
Provisão perda intangível (b)	-	(1.757)
Provisão fatura Celesc	-	(538)
Outras	(1.001)	(946)
	(7.466)	(17.817)
Outras receitas operacionais líquidas	3.169	(10.044)

(a) Créditos tributários - refere-se ao reconhecimento de créditos de PIS e COFINS de janeiro de 2008 à março de 2011 no montante de R\$ 4.200 decorrente do novo entendimento do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) quanto aos créditos possíveis de aproveitamento; R\$ 1.546 de crédito de IPI alíquota zero de 1994 a 1998, cujo processo judicial transitou em julgado em maio de 2011; R\$ 1.011 de INSS incidente sobre valores pagos a autônomos, avulsos e administradores, cujo processo judicial transitou em julgado em julho de 2011, e R\$ 881 de créditos tributários diversos.

(b) Provisão perda intangível - refere-se à provisão de perda por desvalorização da marca Cristais Hering de propriedade da Controlada Garema, registrada em 2010, conforme nota explicativa 15c.

32. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	15.415	10.499	15.415	10.499
Juros sobre tributos recuperados (a)	9.115	1.720	9.115	1.720
Ajuste a valor presente	35.952	21.163	35.952	21.163
Outras receitas	3.260	4.805	3.352	4.824
Varição cambial ativa, líquida	-	257	-	30
	63.742	38.444	63.834	38.236

Despesas financeiras

Juros sobre operações financeiras	(7.442)	(7.622)	(7.442)	(7.622)
Encargos financeiros sobre tributos	(7.519)	(8.166)	(7.519)	(8.166)
Ajuste a valor presente	(11.532)	(6.508)	(11.532)	(6.508)
Outras despesas	(5.427)	(5.526)	(5.427)	(5.842)
Varição cambial passiva, líquida	(2.667)	-	(2.218)	-
	(34.587)	(27.822)	(34.138)	(28.138)

Resultado financeiro, líquido

	29.155	10.622	29.696	10.098
--	---------------	---------------	---------------	---------------

(a) Juros sobre tributos recuperados - os principais valores que compõem esse grupo em 2011 referem-se: R\$ 3.904 atualização IPI alíquota zero (nota 10 a); R\$ 2.694 atualização processo INSS incidente sobre valores pagos a autônomos, avulsos e administradores (nota 10 b); R\$ 790 atualização PIS e Cofins CARF (nota 31 a), R\$ 739 atualização IPTU (nota 10 d) e R\$ 988 referente atualização créditos diversos. Em 2010, os principais valores referem-se à atualização de depósitos judiciais Cofins de R\$ 529, e R\$ 691 referente redução de juros parcelamento ICMS.

33. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Impostos correntes:				
Contribuição social	(29.497)	(12.961)	(29.621)	(12.980)
Imposto de renda	(70.898)	(36.315)	(71.219)	(36.352)
	(100.395)	(49.276)	(100.840)	(49.332)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	874	(1.968)	874	(1.968)
Imposto de renda	2.426	(154)	2.426	(154)
	3.300	(2.122)	3.300	(2.122)

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

(b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido antes de impostos	394.369	263.415	394.814	263.467
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(134.085)	(89.561)	(134.237)	(89.579)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões:				
Resultado de participação em controladas	449	(487)	449	(487)
Juros sobre capital próprio	10.558	6.436	10.558	6.436
Subvenção para investimento (i)	13.568	28.646	13.568	28.646
Adições permanentes	(1.898)	(1.971)	(1.898)	(1.971)
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	3.272	1.985	3.272	1.985
Redução IRPJ Lucro da Exploração	6.749	2.822	6.749	2.822
Dispêndios com inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	2.824	-	2.824	-
Outras exclusões permanentes	1.468	732	1.175	694
Imposto de renda e contribuição social	(97.095)	(51.398)	(97.540)	(51.454)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(100.395)	(49.276)	(100.840)	(49.332)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.300	(2.122)	3.300	(2.122)
Alíquota efetiva	25%	20%	25%	20%

(i) Refere-se aos benefícios fiscais FOMENTAR/PRODUZIR, PROADI e Pró-Emprego, mencionado na nota explicativa 19.

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Realização sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	(4.221)
Constituição sobre adições temporárias	3.193	1.616
Reversão (constituição) sobre exclusões temporárias	(74)	288
Realização da correção monetária do ativo próprio no período	181	195
	3.300	(2.122)

34. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO**(a) Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	297.274	212.017
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	163.145	162.442
Lucro básico por ação - R\$	1,8221	1,3052

(b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	297.274	212.017
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	163.145	162.442
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	1.504	1.947
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.649	164.389
Lucro diluído por ação - R\$	1,8055	1,2897

35. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía 70 (58 em 31 de dezembro de 2010) contratos de locação para suas unidades comerciais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro.

Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato.

Os contratos possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2011	2010
Até um ano	10.601	10.127
Acima de um ano e até cinco anos	17.022	16.001
Acima de cinco anos	122	307
	27.745	26.435

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2011	2010
Despesas com arrendamento mercantil operacional	19.884	16.038

36. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e dzarm. e Canal: Varejo, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Canal	Consolidado - 2011					
	Hering	Hering Kids	PUC	dzarm.	Outras	Total
Varejo	498.439	96.724	84.478	95.767	46.288	821.696
Franquias	531.616	13.869	34.100	-	-	579.585
Webstore	8.954	914	1.016	1.334	-	12.218
Lojas Próprias	201.461	4.888	5.139	945	-	212.433
Receita bruta mercado interno	1.240.470	116.395	124.733	98.046	46.288	1.625.932
Receita bruta mercado externo						21.376
Receita bruta total						1.647.308

Canal	Consolidado - 2010					
	Hering	Hering Kids	PUC	dzarm.	Outras	Total
Varejo	382.140	70.469	61.698	68.501	22.964	605.772
Franquias	380.339	11.102	30.657	-	-	422.098
Webstore	4.301	393	449	292	-	5.435
Lojas Próprias	174.299	235	5.973	139	-	180.646
Receita bruta mercado interno	941.079	82.199	98.777	68.932	22.964	1.213.951
Receita bruta mercado externo						21.170
Receita bruta total						1.235.121

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2011	2010
Receita bruta mercado interno	1.625.932	1.213.951
Receita bruta mercado externo	21.376	21.170
Receita bruta	1.647.308	1.235.121
Deduções da receita	(294.075)	(221.635)
Receita líquida	1.353.233	1.013.486

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 2011 apenas 1,58% (2,09% em 2010) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado).

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA

Fábio Hering	-	Diretor Presidente
Carlos Tavares D'Amaral	-	Diretor Administrativo
Frederico de Aguiar Oldani	-	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Ronaldo Loos	-	Diretor Comercial
Marcos Ribeiro Gomes	-	Diretor de Marketing
Edgar de Oliveira Filho	-	Diretor Industrial
Moacyr José Matheussi	-	Diretor de Suprimentos

Charles Marold - Contador CRC-SC nº 22.744/O-7

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 78.000 para danos materiais, R\$ 22.000 para lucros cessantes e R\$ 7.000 para responsabilidade civil.

38. ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2012, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital e Capital de Giro - R\$ mil

I - Investimentos	66.683
- Lojas	17.689
- Industrial	23.755
- Logística	10.543
- Tecnologia da Informação	10.962
- Outros	3.734
Total Geral	66.683
Fontes Próprias (Retenção de Lucro)	49.247
Fontes de Terceiros (Capital de Giro)	17.436

39. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering	-	Presidente
Fabio Hering	-	Conselheiro
Nei Schilling Zelmanovits	-	Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior	-	Conselheiro
Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri	-	Conselheiro
Marcelo Guimarães Lopo Lima	-	Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior	-	Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Cia. Hering

Blumenau - SC

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

8. Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

9. Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 15 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-SC

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC 1PR-045569/O-4 T-SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 foi mais um ano de resultados expressivos para a Cia. Hering, mantendo a combinação de (i) crescimento de vendas, (ii) expansão de margens e (iii) ampliação do retorno sobre o capital investido, ainda que em um ambiente mais desafiador. Pressões de custos de matérias-primas, clima mais adverso e desaceleração do consumo ao longo do segundo semestre foram alguns dos desafios enfrentados ao longo de 2011. Mesmo assim encerramos 2011 com receita bruta de R\$ 1,6 bilhão, um crescimento de 33,4% em relação a 2010, novamente com crescimento de vendas de dois dígitos em todas as marcas. O EBITDA totalizou R\$ 394,5 milhões no ano (+42,7% sobre 2010), com margem EBITDA de 29,1% (+ 1,9 p.p. sobre 2010).

A marca Hering, cujas vendas cresceram 31,8%, continua sendo a nossa principal plataforma de crescimento. Esse desempenho está relacionado à força da marca Hering que, a partir de seu posicionamento democrático, continua a atrair públicos das mais diversas idades, regiões e classes sociais a partir de sua oferta de produtos de excelente relação custo x benefício, seja nos produtos de moda casual aos tradicionais básicos. Apesar do forte crescimento registrado desde 2007 seguimos confiantes no potencial que ainda temos a explorar com a marca Hering a partir da continuidade ao processo de expansão da rede Hering Store, do crescimento da participação de mercado no canal de varejo multimarca e do promissor canal de *webstore* (www.heringwebstore.com.br).

Em vista do estudo realizado em 2010 através do qual se avaliou o potencial da rede Hering Store em 604 lojas, o ritmo de expansão permaneceu acelerado e deve evoluir junto aos indicadores socioeconômicos e de penetração de marca.

Na rede Hering Store, nosso principal canal de distribuição, tivemos mais um ano de crescimento expressivo, tanto em número de lojas quanto no conceito mesmas lojas. Com 85 inaugurações ao longo de 2011, finalizamos o ano com 432 lojas, 14 lojas a mais que tanto (i) o número de inaugurações de 2010 quanto (ii) o plano original para o ano. Já no conceito mesmas lojas o crescimento foi de 12,7% o que combinado com a abertura de lojas contribuiu para o crescimento de vendas totais de rede de 33,4%.

No mercado infantil, demos continuidade à nova estratégia de negócios desenvolvida em 2010 para as marcas Hering Kids e PUC. Na marca PUC, os ajustes necessários para adequar a rede de distribuição ao posicionamento da marca fizeram com que a rede PUC fechasse o ano com 76 lojas, 2 a menos que no fim de 2010. Mesmo assim a marca foi capaz de apresentar crescimento de 26,3%, em função do bom desempenho do canal varejo multimarcas e das vendas mesmas lojas da rede PUC. Na Hering Kids, com crescimento de vendas de 41,6%, nosso desempenho foi muito positivo tanto no varejo multimarcas quanto nas lojas piloto Hering Kids, o que reforça nossa confiança na assertividade da estratégia desenvolvida para a marca e nas novas frentes de crescimento a explorar a partir do desenvolvimento da rede de lojas Hering Kids.

A marca dzarm. também apresentou desempenho positivo em 2011, com crescimento de 42,2% em vendas brutas. Embora o novo posicionamento adotado desde agosto de 2009 tenha continuado gerando resultados expressivos no canal varejo multimarcas, os resultados da loja *flagship* têm sido modestos até então. Seguimos investindo no desenvolvimento da marca por meio de iniciativas de marketing e a possibilidade de abertura de algumas lojas *flagship* adicionais, que exercem um papel fundamental nesse processo.

Os principais desafios do ano estiveram relacionados ao aumento dos custos de matérias-primas em função do aumento dos preços do algodão. Através de uma combinação de aumentos de preços, mudanças na engenharia de produtos e cadeia de suprimentos, fomos capazes de minimizar os efeitos da pressão de custos, e como consequência, apresentamos uma redução de 106 bps na margem bruta. Ainda assim, nosso modelo de negócios foi capaz de compensar as pressões de custos e gerar expansão de margem EBITDA em função do bom desempenho de vendas de nossas marcas aliados a alta alavancagem operacional do nosso negócio.

Por fim, seguimos confiantes em nossa estratégia de negócios e continuaremos explorando o potencial de crescimento de nossas marcas, principalmente Hering e Hering Kids. Acreditamos que a combinação de nossas marcas com o nosso modelo de negócios serão capazes de gerar crescimento de vendas e de resultados, mantendo elevados níveis de retornos sobre capital investido em nosso negócio. Nosso objetivo é continuar a crescer de forma sustentável, com controle de custos, rigidez na gestão de riscos, cautela aos movimentos do mercado e atenção às oportunidades de crescimento que possam surgir.

A Administração

1. DESEMPENHO DE VENDAS

	12M10	12M11	Var. 12M11/12M10
Receita Bruta - R\$ mil			
Receita Bruta Total	1.235.121	1.647.308	33,4%
Mercado Interno	1.213.951	1.625.932	33,9%
Mercado Externo	21.170	21.376	1,0%
Receita Bruta Mercado Interno	1.213.951	1.625.932	33,9%
Hering	941.079	1.240.470	31,8%
Varejo	382.140	498.439	30,4%
Franquias	380.339	531.616	39,8%
Webstore	4.301	8.954	108,2%
Lojas Próprias	174.299	201.461	15,6%
Hering Kids	82.199	116.395	41,6%
Varejo	70.468	96.724	37,3%
Franquias (Hering Store)	11.102	13.869	24,9%
Webstore	393	914	132,9%
Lojas Próprias	235	4.888	1.977,3%
PUC	98.777	124.733	26,3%
Varejo	61.698	84.478	36,9%
Franquias	30.657	34.100	11,2%
Webstore	449	1.016	126,5%
Lojas Próprias	5.973	5.139	(14,0%)
dzarm.	68.932	98.046	42,2%
Varejo	68.501	95.767	39,8%
Franquias	-	-	N.D.
Webstore	292	1.334	356,7%
Lojas Próprias	139	945	580,0%
Outras	22.964	46.288	101,6%

As vendas brutas da Cia. Hering totalizaram R\$ 1.647,3 milhões em 2011, com crescimento de dois dígitos nas quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.).

Marca Hering

Com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, a Hering destaca-se por ser uma marca que atinge uma vasta gama de consumidores, a partir de seu posicionamento democrático com boa relação custo-benefício e desejada por oferecer produtos básicos de qualidade, moda acessível e novidades constantes.

Em 2011, as vendas brutas da marca mantiveram crescimento expressivo em todos os canais de distribuição, sustentadas pelos fatores mencionados acima referentes ao valor percebido pelos clientes e inovação trazidos pela marca, bem como à expansão da rede de distribuição combinada às campanhas de marketing realizadas ao longo do ano para cada coleção. A adição de 85 lojas à rede deu sequência à ampliação da visibilidade e presença da marca no mercado brasileiro e também contribuiu para o aumento da penetração no varejo multimarcas.

Marca Hering Kids

Extensão da marca Hering com foco no conceito 'mini adulto', a Hering Kids oferece produtos casuais e básicos, com boa relação custo x benefício.

Ainda sob o impacto da nova estratégia para o mercado infantil adotada a partir do 4T10, as vendas brutas da Hering Kids cresceram 41,6% em 2011. Todos os canais apresentaram crescimento de vendas significativo, o que demonstra a assertividade da nova estratégia. Destaque para o bom desempenho das lojas piloto Hering Kids, além do crescimento expressivo do canal varejo multimarca. Outro ponto relevante foi a linha bebê Hering Kids, que completou um ano de existência e participou, pela primeira vez, da coleção de Natal.

Em 2011 foram inauguradas três lojas Hering Kids, totalizando cinco lojas Hering Kids ao final do ano. Os resultados positivos apresentados por estas unidades bem como as avaliações quantitativas e qualitativas realizadas nos últimos meses deram confiança à Administração da Companhia, que decidiu desenvolver uma rede de lojas no formato Hering Kids, cujo processo de expansão acontecerá em 2012.

Marca PUC

O posicionamento da marca PUC é focado no público infantil das classes A e B, com a oferta de produtos diferenciados com foco em ocasiões especiais.

As vendas brutas da PUC cresceram 26,3% em 2011, com destaque para o crescimento das vendas para o varejo multimarcas (+36,9%) e para o crescimento de venda no conceito mesmas lojas na Rede PUC.

A partir do 4T10, com a revisão da estratégia da Companhia para o mercado infantil, a PUC passou por ajustes no sortimento de produtos e nas faixas de preço, com o objetivo de reforçar seu posicionamento nos segmentos *Better* e *Premium*. Como consequência, algumas lojas da rede PUC que não estão de acordo com a estratégia atual, estão sendo reavaliadas e algumas dessas operações estão sendo descontinuadas.

Marca dzarm.

Com foco no público jovem das classes A e B, a marca dzarm. aposta no estilo *jeanswear* casual, com coleções modernas que seguem as tendências de moda. No final de 2010, foi inaugurada a primeira loja *flagship* dzarm., com importante papel na reintrodução da marca em *shopping centers*.

As vendas brutas da dzarm. apresentaram crescimento de 42,2% em 2011, ainda beneficiadas pela estratégia adotada a partir do 2º semestre de 2009.

Nas redes sociais, a marca conquista a cada dia mais seguidores, crescendo consideravelmente sua participação no Facebook e Twitter.

Webstore

A operação de *e-commerce* da Cia. Hering engloba as quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.) e, assim como nos demais trimestres do ano, apresentou o crescimento mais expressivo dentre todos os canais de distribuição da Companhia: 124,8% em 2011.

Com o objetivo de melhor explorar o potencial das *webstores*, foi criada uma estrutura específica de logística e distribuição para atender a este canal de forma mais eficiente, com centro de distribuição exclusivo para vendas *online*, tendo as operações já iniciadas no 4T11. No 1T12 será lançada a nova *webstore* da marca Hering.

Mercado Internacional

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. para a América Latina. A Empresa encerrou 2011 com 16 lojas no exterior.

Representando 1,3% do faturamento total da Companhia em 2011, as vendas brutas ao mercado externo apresentaram crescimento de 1,0% no ano.

As vendas no mercado internacional foram impactadas por desafios enfrentados durante o 4T11 em função, principalmente, da reestruturação da operação no Uruguai. O contrato com o atual franqueado não foi renovado e ao longo do primeiro semestre de 2012 estaremos fazendo a transição da operação para o novo franqueado responsável pela operação naquele país.

Apesar dos obstáculos existentes no modelo de exportação a partir do Brasil, a Companhia continua buscando maneiras de explorar o potencial de suas marcas na América do Sul. Em outubro, foi inaugurada a primeira loja franqueada no Chile. Para 2012, a busca por oportunidades terá continuidade, principalmente na Colômbia e no Peru.

2. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Para garantir a distribuição de suas marcas em todo o território nacional, a Cia. Hering conta com uma rede de distribuição formada por três canais de venda: i) redes de lojas Hering Store e PUC; ii) lojas de varejo multimarcas; e iii) *webstores*. No exterior, os produtos de todas as marcas da Companhia são comercializados por franquias e lojas de varejo multimarcas.

As redes de lojas são o canal prioritário de distribuição de nossas marcas, pois oferecem aos consumidores uma experiência de compra diferenciada além da sua importância como ferramenta de marketing e de construção de nossas marcas. No ano de 2011, foram inauguradas 92 lojas no Brasil, sendo 87 Hering Store, 2 PUC e 3 Hering Kids. Além disso, duas lojas PUC e duas lojas Hering Store foram fechadas e no exterior foram abertas duas lojas Hering Store - uma no Chile e uma no Paraguai. A Companhia encerra o período com 97% da rede Hering Store dentro do novo projeto arquitetônico.

O varejo multimarcas garante maior capilaridade de distribuição aos produtos das nossas marcas em todo o território nacional, ao atingir localidades onde as redes próprias e franqueadas não estão presentes e ao complementar a distribuição nas localidades que já possuem lojas exclusivas das marcas. Ao final de 2011, a Empresa contava com 16.501 clientes no varejo multimarcas, dos quais 13.038 somente da marca Hering.

	2009	2010	2011
Quantidade de Lojas			
Hering - Própria	40	43	48
Hering - Franquia	236	304	384
Hering Store	276	347	432
PUC - Própria	6	6	7
PUC - Franquia	68	72	69
PUC	74	78	76
Hering Kids - Própria	-	2	5
Hering Kids	-	2	5
dzarm. - Própria	-	1	1
dzarm.	-	1	1
Brasil	350	428	514
Total Mercado Internacional	15	15	16
Total	365	443	530

3. DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

Principal canal de distribuição da marca Hering, a rede Hering Store é composta por lojas próprias e franquias, localizadas nos principais *shoppings centers*, corredores comerciais e bairros, que comercializam exclusivamente as linhas de produtos da marca. Além de contar com um projeto arquitetônico inovador que oferece aos consumidores uma experiência de compra diferenciada, o novo formato de loja tem contribuído para melhorar a produtividade das lojas. Além disso, o formato tem se mostrado fundamental para a estratégia de crescimento de vendas e também para o fortalecimento da marca Hering.

As vendas totais da rede Hering Store apresentaram crescimento de 33,4% em 2011, em decorrência, principalmente, da abertura de lojas (85 no ano) e do incremento de 12,7% das vendas no conceito 'mesmas lojas' (*same store sales*) em 2011. As vendas no conceito mesmas lojas apresentaram desaceleração em relação ao ano de 2010, não só pela alta base de comparação em relação aos anos anteriores, mas também por um ambiente mais desafiador ao longo de 2011 em função de diversos fatores tais como, clima menos favorável e desaceleração econômica ao longo do segundo semestre.

Diferente de anos anteriores, o ticket médio foi o principal fator de crescimento das vendas mesmas lojas. O preço médio das peças no total da rede apresentou crescimento mais significativo (+14,1%), em função dos aumentos de preços efetuados no final do 1T11 e de mudanças no mix de produtos comercializados. As categorias de tecido plano e *jeanswear* continuaram apresentando crescimentos expressivos, o que tem contribuído para o aumento do preço médio. Entretanto, a queda no número de peças por atendimentos fez com que o crescimento do ticket médio ficasse em 8,9%.

O projeto de reforma de lojas continua avançando: em 2011 foram reformadas 31 lojas, o que corresponde a 421 lojas dentro do novo projeto arquitetônico, restando apenas 11 lojas a serem reformuladas - que se tratam de casos específicos, tais como pontos a serem realocados ou lojas com previsão de expansão de área.

O cartão de crédito Hering Store, administrado pela Financeira Losango (pertencente ao Banco HSBC), finalizou 2011 com uma base de 384,3 mil cartões ativos.

	12M10	12M11	Var.
Número de Lojas	347	432	24,5%
Franquias	304	384	26,3%
Próprias	43	48	11,6%
Faturamento da Rede (R\$ mil) ⁽¹⁾	926.021	1.234.956	33,4%
Franquias (R\$ mil)	751.722	1.033.495	37,5%
Próprias (R\$ mil)	174.299	201.461	15,6%
Crescimento Same Store Sales ⁽²⁾	24,4%	12,7%	-11,7 p.p.
Área de Vendas (m²)	44.815	57.507	28,3%
Faturamento (R\$ por m²)	23.638	24.361	3,1%
Atendimentos (mil)	10.324	12.647	22,5%
Peças (mil)	23.029	26.912	16,9%
Peças por Atendimento	2,23	2,13	(4,6%)
Preço Médio (R\$)	40,21	45,89	14,1%
Ticket Médio (R\$)	89,69	97,65	8,9%

(1) Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell out*)

(2) Comparado a igual período do ano anterior.

4. PROCESSO PRODUTIVO

Com a adoção de um modelo de produção híbrido, que combina produção própria, terceirizada e *outsourcing* (compra de produto acabado), a Cia. Hering conseguiu atender, com flexibilidade e velocidade, ao aumento de volume registrado no ano. A Companhia escolhe a melhor opção entre produzir internamente, terceirizar etapas do processo produtivo ou comprar o produto acabado (*make or buy*), o que lhe permite reduzir custos com ganho de escala, garantindo maior agilidade aos processos produtivos e mantendo a qualidade dos produtos.

A Cia. Hering encerrou 2011 com nove unidades de produção, localizadas em Santa Catarina (5), Rio Grande do Norte (1) e Goiás (3), além de dois centros de distribuição em GO e SC e um novo centro de distribuição em construção em Goiás.

A compra de produtos acabados cresceu 1,8 p.p. em 2011, representando 17,5% do total de peças vendidas em cada período. As parcerias com fornecedores internacionais, principalmente da Ásia, reforçaram o posicionamento das marcas ao permitir o desenvolvimento de produtos com valor agregado e custos competitivos. No entanto, em função da dificuldade em trabalhar com o maior *lead time* para algumas categorias de produto, a Cia. Hering decidiu reduzir seu nível de importação para 2012.

	2010	2011	Var.
Processo Produtivo (*)			
Produção	84,3%	82,5%	-1,8 p.p.
Interna	45,6%	44,7%	-0,9 p.p.
Terceirização	38,7%	37,8%	-0,9 p.p.
Outsourcing	15,7%	17,5%	1,8 p.p.
Mercado Interno	3,7%	2,5%	-1,2 p.p.
Importação	12,0%	15,0%	2,9 p.p.

(*) Refere-se a volume de peças vendidas.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ mil	12M10	Part. (%)	12M11	Part. (%)
Receita Bruta de Vendas	1.235.121	121,9%	1.647.308	121,7%
Deduções de Venda	(221.635)	(21,9%)	(294.075)	(21,7%)
Deduções de Venda Impostos	(264.664)	(26,1%)	(353.697)	(26,1%)
Ajuste a Valor Presente	(22.392)	(2,2%)	(37.077)	(2,7%)
Deduções de Venda Incentivos	65.421	6,5%	96.699	7,1%
Receita Líquida de Vendas	1.013.486	100,0%	1.353.233	100,0%
Total CPV - Sem Depreciação e Amortização	(500.529)	(49,4%)	(683.511)	(50,5%)
Custo dos Produtos Vendidos	(514.706)	(50,8%)	(706.690)	(52,2%)
Ajuste a Valor Presente	6.722	0,7%	11.078	0,8%
Subvenção para Custeio	7.455	0,7%	12.101	0,9%

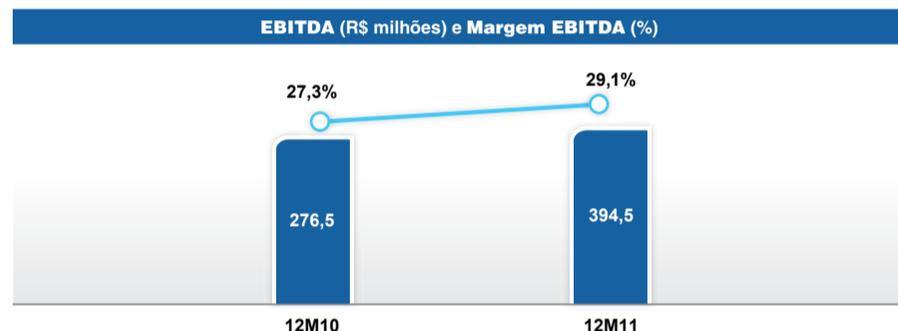
Continua...

...Continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R\$ mil	12M10	Part. (%)	12M11	Part. (%)
Lucro Bruto Caixa	512.957	50,6%	669.722	49,5%
Depreciação e Amortização	(11.025)	(1,1%)	(13.870)	(1,0%)
Lucro Bruto	501.932	49,5%	655.852	48,5%
Despesas Operacionais	(248.563)	(24,5%)	(290.734)	(21,5%)
Vendas	(170.098)	(16,8%)	(212.549)	(15,7%)
Empresa	(121.401)	(12,0%)	(150.818)	(11,1%)
Fixa	(58.919)	(5,8%)	(64.761)	(4,8%)
Variável	(62.482)	(6,2%)	(86.057)	(6,4%)
Lojas	(48.697)	(4,8%)	(61.731)	(4,6%)
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(32.951)	(3,3%)	(37.088)	(2,7%)
Depreciação e Amortização	(12.106)	(1,2%)	(15.476)	(1,1%)
Participação nos Resultados	(23.364)	(2,3%)	(28.790)	(2,1%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(10.044)	(1,0%)	3.169	0,2%
Lucro Antes das Financeiras	253.369	25,0%	365.118	27,0%
Receitas Financeiras	38.236	3,8%	63.834	4,7%
Despesas Financeiras	(28.138)	(2,8%)	(34.138)	(2,5%)
Total Resultado Financeiro	10.098	1,0%	29.696	2,2%
Lucro Operacional	263.467	26,0%	394.814	29,2%
Impostos Correntes - CSSL e IRPJ	(49.332)	(4,9%)	(100.840)	(7,5%)
Impostos Diferidos - CSSL e IRPJ	(2.122)	(0,2%)	3.300	0,2%
Lucro Líquido	212.013	20,9%	297.274	22,0%
Atribuível aos acionistas da Companhia	212.017	20,9%	297.274	22,0%
Atribuível aos acionistas não controladores	(4)	-	-	N.D.
EBITDA	276.500	27,3%	394.464	29,1%

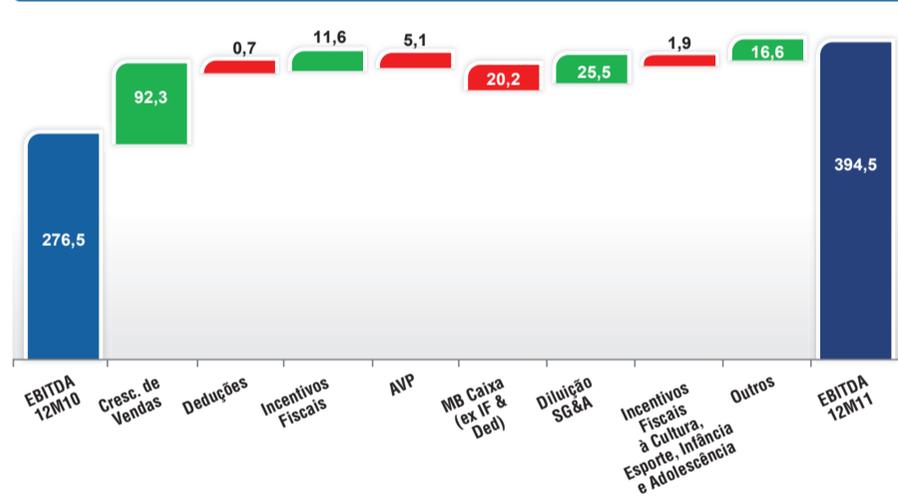
EBITDA (R\$ MILHÕES) E MARGEM EBITDA (%)



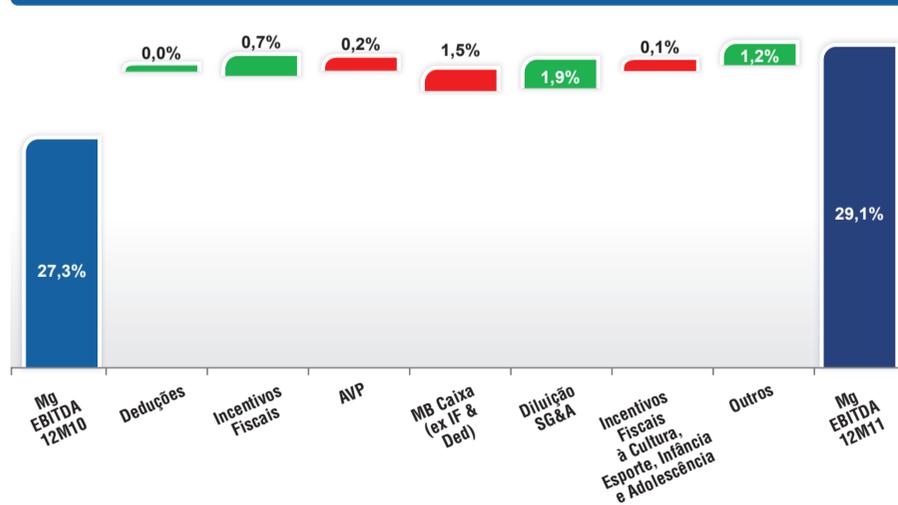
O EBITDA apresentou crescimento de 42,7% em 2011, com incremento de margem de 1,9 p.p.. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Crescimento de 33,4% na **receita bruta de vendas**.
- Queda de 1,1 p.p. na margem bruta no ano em função da pressão de custos de matéria-prima.
- Diluição das **despesas com vendas, gerais e administrativas**, em decorrência da alta alavancagem operacional, e de uma gestão rígida de despesas.
- Melhora em **outras receitas (despesas) operacionais**, que passaram de R\$ (10.044 mil) em 2010 para R\$ 3.169 mil em 2011, sendo ambos resultados em função de eventos não-recorrentes. (Essencialmente créditos tributários com efeito retroativo em 2011 e despesas com parcelamento tributário, projetos e provisões em 2010).

EBITDA - Variação 12M11 (R\$ milhões)



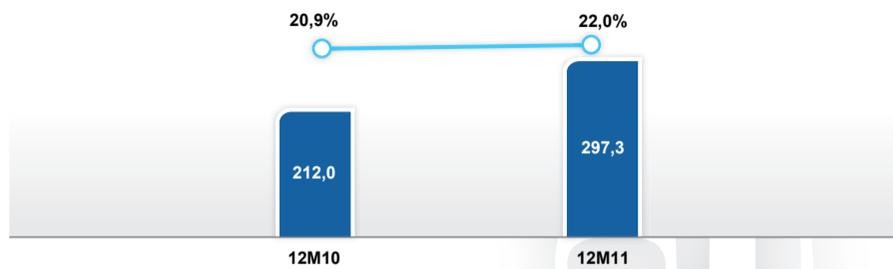
Margem EBITDA - Variação 12M11



Reconciliação EBITDA

Reconciliação EBITDA - R\$ mil	12M10	12M11	Var.
Lucro Líquido	212.013	297.274	40,2%
(+) IR e CSSL	51.454	97.540	89,6%
(-) Receita Financeira Líquida	(10.098)	(29.696)	194,1%
(+) Depreciações e Amortizações	23.131	29.346	26,9%
(=) EBITDA	276.500	394.464	42,7%
Margem EBITDA	27,3%	29,1%	1,9 p.p.

Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



O lucro líquido da Cia. Hering apresentou crescimento de 40,2% em 2011, com incremento da margem líquida de 1,0 p.p. em 2011. Este resultado é decorrência dos seguintes fatores:

- Melhor desempenho operacional, refletido nos crescimentos tanto de EBITDA quanto de margem EBITDA.
- Aumento do resultado financeiro em função do aumento no ajuste a valor presente e correção monetária referente ao ganho de créditos tributários em 2011.
- Menor incidência de imposto de renda e contribuição social, em função da constituição de subvenções para investimentos em 2011, que deixaram de compor a base de cálculo destes tributos no período.

6. GERAÇÃO DE CAIXA

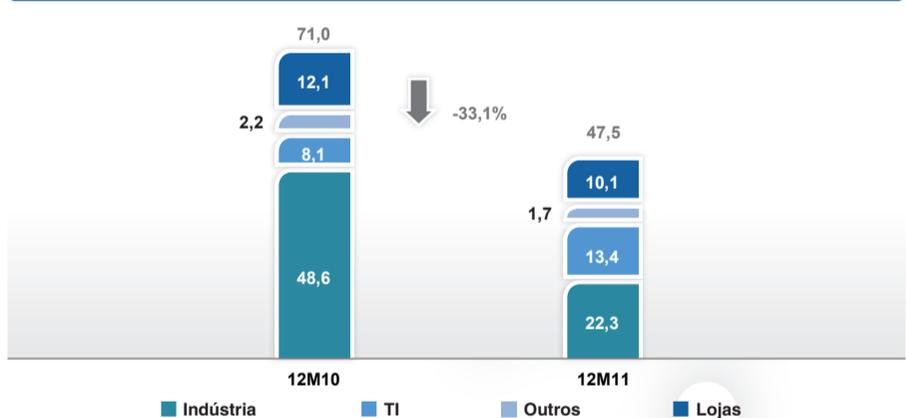
Em 2011, a Cia. Hering registrou um incremento de R\$ 111,4 milhões na geração de caixa livre em comparação ao ano anterior. Esse resultado é consequência, principalmente, do crescimento do EBITDA e da menor necessidade de investimentos e de capital de giro, parcialmente compensados pela maior incidência de imposto de renda.

DFC Gerencial - Consolidado (R\$ mil)	12M10	12M11	Var.
EBITDA	276.500	394.464	117.964
Itens Não caixa	3.086	2.322	(764)
IR&CS Corrente	(49.332)	(100.840)	(51.508)
Investimento em Capital de Giro	(82.027)	(58.470)	23.557
(Aumento) em contas a receber de clientes	(79.965)	(66.445)	13.520
(Aumento) nos estoques	(100.374)	(26.965)	73.409
Aumento em fornecedores	68.400	2.088	(66.312)
Aumento em obrigações tributárias	10.827	36.911	26.084
Outros	19.085	(4.059)	(23.144)
CapEx	(69.629)	(47.501)	22.128
Geração de Caixa Livre	78.598	189.975	111.377
DFC Gerencial - Consolidado (R\$ mil)	12M10	12M11	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	157.763	267.341	109.578
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	(9.536)	(29.865)	(20.329)
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(6.308)	(4.679)	1.629
Resultado Financeiro	(10.111)	(29.696)	(19.585)
Juros pagos por empréstimos	6.883	4.510	(2.373)
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	(69.629)	(47.501)	22.128
Geração de Caixa Livre	78.598	189.975	111.377

7. INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 47,5 milhões em 2011. A maior parte foi destinada à área industrial (R\$ 22,3 milhões) e à infraestrutura de TI (R\$ 13,4 milhões).

Investimentos (R\$ milhões)



8. ENDIVIDAMENTO

A Cia. Hering encerrou 2011 com R\$ 200,8 milhões em caixa e aplicações financeiras e um caixa líquido de R\$ 165,9 milhões. Em decorrência do aumento na geração de caixa operacional do período, a dívida da Companhia foi reduzida em R\$ 19,0 milhões, em linha com a estratégia adotada de não renovar empréstimos bancários com juros elevados.

Endividamento - R\$ mil	31/12/10	Part. (%)	31/12/11	Part. (%)
Curto Prazo	(27.799)	52%	(11.800)	34%
Longo Prazo	(26.105)	48%	(23.122)	66%
Total da Dívida	(53.904)	100%	(34.922)	100%
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	115.806		200.786	
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	61.902		165.864	

9. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos e JCP referentes ao exercício no montante total de R\$ 65,4 milhões (R\$ 0,40 por ação).

Foi destinado à conta de dividendos adicionais propostos no Patrimônio Líquido o montante de R\$106,2 milhões referentes ao exercício de 2011 a ser apresentado em proposta de administração sujeito à deliberação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2012.

10. RECONHECIMENTOS

Em 2011, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação: Melhor empresa do setor têxtil vestuário - Revista Exame.

Prêmio Novo Mercado, 2º colocada - Agência Estado em parceria com a Economatica.

Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, categoria Moda - Revista Consumidor Moderno.

Prêmio Abrasca de Criação de Valor - Associação Brasileira das Companhias Abertas.

Anuário Valor 1.000, campeã do setor de Têxtil, Couro e Vestuário - Jornal Valor Econômico.

Melhor Companhia para os Acionistas 2011 - Revista Capital Aberto.

Empresas Mais Admiradas do Brasil, categoria Vestuário e Confeção - Revista Carta Capital.

Outros prêmios também foram importantes para destacar o desempenho da Companhia no ano:

i) "ABF Destaque" (profissionais que mais se destacaram na prática do *franchising*); ii) "Os mais importantes no varejo" (Accenture e Revista NOVAREJO); iii) Prêmio Reclame Aqui "Qualidade no Atendimento" - categoria Moda; iv) Prêmio "Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas", no setor Têxteis e Vestuário (Revista Negócios da Comunicação); v) Prêmio do Mérito Lojista Brasil (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL); e vi) Marca do século, pela Revista Especial Marcas do Século 21 (Editora Empreendedor).

11. COLABORADORES

Além de investir na capacitação e constante atualização de sua equipe, a Cia. Hering também promove um trabalho intensivo de gestão de pessoas, com ações de atração, seleção, contratação, treinamento e retenção de bons profissionais. Em 2011, esse posicionamento assegurou promoções internas, alinhamento, comprometimento e qualificação necessários à superação de desafios presentes e futuros. A Companhia finalizou o ano com 8.501 colaboradores e fortaleceu sua imagem como uma empresa de oportunidades.

Continua...

...Continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

12. PERSPECTIVAS

A Cia. Hering segue otimista em relação às perspectivas para o ano de 2012. Ainda que no curto prazo o cenário macro econômico possa ser mais desafiador, acreditamos que o desempenho do setor de vestuário deve apresentar melhorias gradativas ao longo do ano. A Companhia seguirá explorando o potencial de suas quatro marcas, principalmente das marcas Hering e Hering Kids, dentro do atual modelo de negócios que vem apresentando resultados expressivos tanto em termos de crescimento de vendas quanto de geração de valor. De qualquer forma, em função do estágio mais maduro de nossa estratégia e alto nível de produtividade de nossas operações, não esperamos repetir os níveis de crescimento de vendas e de resultados apresentados nos últimos anos.

Em 2012, a marca Hering segue como a principal plataforma de crescimento da companhia. Na rede Hering Store, esperamos atingir 507 lojas ao fim de 2012 (incremento de 75 lojas) além de continuar explorando as oportunidades de crescimento no conceito mesmas lojas através da melhora da oferta do mix de produtos, bem como pelo aumento do fluxo de clientes nas lojas. No varejo multimarcas, manteremos a busca pelo crescimento a partir da qualificação da distribuição e foco no incremento de *market share* nos clientes atuais.

No mercado infantil seguiremos em busca do aumento de participação de nossas duas marcas no canal varejo multimarcas, além da expansão do formato Hering Kids. Estudos iniciais indicaram um potencial atual de 200 a 250 lojas Hering Kids, com tamanho de aproximadamente 60 m². Considerando a fase inicial de introdução do conceito de Hering Kids, a Cia. Hering planeja abrir 20 lojas neste modelo em 2012. Na PUC, seguiremos com ajustes na rede de lojas PUC, o que deve acarretar na descontinuidade de mais algumas operações.

Quantidade de Lojas	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (*)
Hering Store	181	230	276	347	432	507
Hering Kids	-	-	-	2	5	25

(*) Estimado

Na dzarm., daremos continuidade à estratégia atual, que continua gerando resultados expressivos no varejo multimarcas. Seguiremos investindo no desenvolvimento da marca através da abertura de mais algumas lojas *flagship*, e de investimentos adicionais em marketing.

No varejo *online*, os investimentos já promovidos nos permitirão capturar o alto potencial de crescimento desse canal. A nova infraestrutura de tecnologia, logística, e as *webstores* com relançamento no 1T12 proporcionarão aos consumidores mais agilidade no atendimento com uma melhor experiência de compra.

Em relação a pressões de custos de matéria prima, as quedas no preço do algodão já reduziram a pressão sobre a margem bruta no 2º semestre de 2011. Mantido esse cenário, seria possível reverter as perdas de margens sofridas ao longo do último ano, cuja recuperação tenderia a ser, principalmente, no primeiro semestre de 2012.

A Cia. Hering continuará apostando no seu potencial de crescimento orgânico, explorando o potencial de nossas marcas combinado com um modelo de negócios que gera alto retorno sobre o capital investido. Esta combinação tem permitido à Empresa registrar um crescimento sustentado, com incremento de margem e rentabilidade, enquanto nos mantemos atentos a outras oportunidades de crescimento que venham a surgir.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2011, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

Foi aprovado em reunião do Conselho de Administração de 26 de outubro de 2011, a contratação da empresa Deloitte Touche Tohmatsu, como auditores independentes da Companhia, a partir de 01 de janeiro de 2012.

14. ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC		Passivo	Nota	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	194.485	110.901	199.849	114.549	Financiamentos e empréstimos	16	11.800	27.799	11.800	27.799
Aplicações financeiras	6	-	394	-	394	Fornecedores		124.558	122.470	124.558	122.470
Contas a receber de clientes	7	361.867	295.422	361.867	295.422	Salários e encargos sociais		27.851	26.707	27.851	26.708
Estoques	9	217.357	190.392	217.357	190.392	Parcelamentos tributários e previdenciários	17	8.223	8.104	8.223	8.104
Impostos a recuperar	10	13.773	6.985	13.778	7.015	Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	45.210	8.660	45.264	8.673
Outras contas a receber	8	7.578	10.139	7.756	10.315	Obrigações tributárias	18	15.931	11.757	15.959	11.759
Despesas antecipadas		649	340	649	339	Provisões para contingências e outras provisões	20	35.969	29.773	35.969	29.773
		795.709	614.573	801.256	618.426	Obrigações por incentivos fiscais	19	4.678	2.896	4.678	2.896
						Dividendos e juros de capital próprio a pagar	25	421	14.883	421	14.883
						Outras contas a pagar		5.432	7.947	6.719	9.088
								280.073	260.996	281.442	262.153
Não circulante						Não circulante					
Realizável em longo prazo						Financiamentos e empréstimos	16	23.122	26.105	23.122	26.105
Partes relacionadas	21	228	398	-	-	Partes relacionadas	21	2.944	2.600	-	-
Aplicações financeiras	6	937	863	937	863	Parcelamentos tributários e previdenciários	17	21.725	28.804	21.725	28.804
Impostos a recuperar	10	8.564	8.048	8.676	8.190	Obrigações tributárias	18	-	530	-	530
Empréstimos compulsórios	12	-	58	-	85	Impostos diferidos	11	5.121	5.229	5.121	5.229
Impostos diferidos	11	21.233	18.041	21.233	18.041	Provisões para contingências e outras provisões	20	9.486	11.215	9.486	11.215
Plano de pensão	22	-	1.773	-	1.773	Benefícios a empregados	22	13.155	-	13.155	-
Outras contas a receber	8	7.899	8.680	7.948	8.702	Obrigações por incentivos fiscais	19	42.759	40.931	42.759	40.931
		38.861	37.861	38.794	37.654	Outras contas a pagar		423	3.343	405	3.212
								118.735	118.757	115.773	116.026
Investimentos						Patrimônio líquido	24				
Empresas controladas	13	7.074	5.229	-	-	Capital social		229.879	226.293	229.879	226.293
Outros investimentos		-	-	-	8	Reserva de capital		3.911	2.091	3.911	2.091
Imobilizado	14	238.637	224.225	238.638	224.226	Reservas de lucros		362.359	251.593	362.359	251.593
						Ajuste de avaliação patrimonial		8.432	8.784	8.432	8.784
Intangível	15	29.338	26.089	29.338	26.089	Dividendos adicionais propostos		106.230	39.463	106.230	39.463
		275.049	255.543	267.976	250.323	Atribuído aos acionistas controladores		710.811	528.224	710.811	528.224
		1.109.619	907.977	1.108.026	906.403			1.109.619	907.977	1.108.026	906.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC			Nota	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
Receita operacional líquida	28	1.351.304	1.012.845	1.353.233	1.013.486	Receitas (despesas) financeiras líquidas		29.155	10.622	29.696	10.098
Custo dos produtos vendidos		(697.381)	(511.554)	(697.381)	(511.554)	Equivalência patrimonial	13	1.958	(1.551)	-	-
Lucro bruto		653.923	501.291	655.852	501.932	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		394.369	263.415	394.814	263.467
Receitas (despesas) operacionais						Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(100.395)	(49.276)	(100.840)	(49.332)
Vendas	29	(212.546)	(170.095)	(212.549)	(170.098)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	3.300	(2.122)	3.300	(2.122)
Administrativas e gerais	30	(30.521)	(26.777)	(30.561)	(26.855)	Lucro líquido do exercício		297.274	212.017	297.274	212.013
Honorários da administração	21	(6.511)	(6.083)	(6.527)	(6.096)	Atribuível a:					
Depreciação e amortização		(15.476)	(12.106)	(15.476)	(12.106)	Acionistas da Companhia		297.274	212.017	297.274	212.017
Participação nos resultados	26	(28.790)	(23.364)	(28.790)	(23.364)	Não controladores		-	-	-	(4)
Outras despesas operacionais líquidas	31	3.177	(8.522)	3.169	(10.044)	Lucro por ação - R\$					
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		363.256	254.344	365.118	253.369	Básico	34	1,8221	1,3052	1,8221	1,3052
Receitas financeiras	32	63.742	38.444	63.834	38.236	Diluído	34	1,8055	1,2897	1,8055	1,2897
Despesas financeiras	32	(34.587)	(27.822)	(34.138)	(28.138)						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Controladora		Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
			Incentivos fiscais	Legal				Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	223.845	906	929	7.464	83.283	11.759	32.063	9.161	-	4	369.414	
Aumento de capital	2.448	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.448	
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.095)	-	(2.095)	
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(2.095)	-	2.095	-	-	
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	1.185	-	-	-	-	-	-	1.185	-	1.185	
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	377	(377)	-	-	-	
Dividendos adicionais propostos 2009	-	-	-	-	-	(11.759)	-	-	(11.759)	-	(11.759)	
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	55.663	-	(55.663)	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	212.017	-	212.017	(4)	212.013	
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	10.601	-	-	(10.601)	-	-	-	-	
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	31.368	-	-	-	(31.368)	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.d e 25)	-	-	-	-	-	-	(42.982)	-	(42.982)	-	(42.982)	
Dividendos e juros sobre capital próprio adicionais propostos (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	-	39.463	(39.463)	-	-	-	-	
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	117.948	-	(117.948)	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	226.293	2.091	87.960	18.065	145.568	39.463	-	8.784	-	-	528.224	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

...Continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Controladora		Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
			Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros				Outros resultados abrangentes	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	226.293	2.091	87.960	18.065	145.568	39.463	-	8.784	-	528.224	-	528.224
Aumento de capital	3.586	-	-	-	-	-	-	-	-	3.586	-	3.586
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.396)	(2.396)	-	(2.396)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(2.396)	-	2.396	-	-	-
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(12.862)	-	-	(12.862)	-	(12.862)
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	1.820	-	-	-	-	-	-	-	1.820	-	1.820
Correção monetária imobilizado realização	-	-	-	-	-	-	352	(352)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos 2010	-	-	-	-	-	(39.463)	-	-	-	(39.463)	-	(39.463)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	297.274	-	-	-	297.274	-	297.274
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	14.864	-	-	(14.864)	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	46.655	-	-	-	(46.655)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.d e 25)	-	-	-	-	-	-	(65.372)	-	-	(65.372)	-	(65.372)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	-	106.230	(106.230)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	49.247	-	(49.247)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	229.879	3.911	134.615	32.929	194.815	106.230	-	8.432	-	710.811	-	710.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	297.274	212.017	297.274	212.017
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(3.300)	2.122	(3.300)	2.122
Variações monetária, cambial e juros não realizados	5.005	6.183	4.679	6.308
Depreciação e amortização	29.346	23.131	29.346	23.131
Provisão créditos liquidação duvidosa	4.832	(1.596)	4.832	(1.596)
Resultado na venda de ativos permanentes	495	112	502	144
Plano de opção de compra de ações	1.820	1.185	1.820	1.185
Provisão para impairment de intangível	-	-	-	1.757
Equivalência patrimonial	(1.958)	1.551	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(4)
Variações nos ativos e passivos				
Aumento em contas a receber de clientes	(71.277)	(78.375)	(71.277)	(78.369)
Aumento nos estoques	(26.965)	(100.374)	(26.965)	(100.374)
Aumento em impostos a recuperar	(7.304)	(5.920)	(7.249)	(5.894)
Redução em outros ativos	2.760	7.908	2.758	7.920
Aumento em fornecedores	2.088	68.400	2.088	68.400
Aumento em contas a pagar e provisões	287	16.851	432	17.072
Aumento em obrigações tributárias	36.845	10.830	36.911	10.827
Juros pagos por empréstimos	(4.510)	(6.883)	(4.510)	(6.883)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	265.438	157.142	267.341	157.763
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	-	(989)	-	-
Recebimento na venda de investimento	-	1.178	-	1.178
Aquisições de ativo imobilizado	(36.013)	(59.726)	(36.013)	(59.726)
Adições de ativo intangível	(11.488)	(10.819)	(11.488)	(11.211)
Partes relacionadas	-	1.218	-	130
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(47.501)	(69.138)	(47.501)	(69.629)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	3.586	2.448	3.586	2.448
Aplicações financeiras	320	5.263	320	5.263
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(119.295)	(54.415)	(119.295)	(54.415)
Empréstimos tomados	11.363	16.180	11.363	16.180
Pagamentos de empréstimos	(30.514)	(39.259)	(30.514)	(39.259)
Partes relacionadas	187	38	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(134.353)	(69.745)	(134.540)	(69.783)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	83.584	18.259	85.300	18.351
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	110.901	92.642	114.549	96.198
No fim do exercício	194.485	110.901	199.849	114.549
	83.584	18.259	85.300	18.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas de mercaderia (receita bruta)	1.645.140	1.234.442	1.647.308	1.235.121
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.832)	1.596	(4.832)	1.596
Resultados não operacionais	(191)	(1.351)	(192)	(3.108)
1.640.117	1.234.687	1.642.284	1.233.609	
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(319.195)	(248.814)	(319.436)	(248.814)
Custos das mercadorias vendidas	(208.976)	(137.145)	(208.976)	(137.145)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(279.203)	(216.254)	(279.270)	(216.332)
(807.374)	(602.213)	(807.682)	(602.291)	
Retenções				
Depreciação e amortização	(29.346)	(23.131)	(29.346)	(23.131)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	803.397	609.343	805.256	608.187
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	1.958	(1.551)	-	-
Receitas financeiras	63.742	38.444	63.834	38.236
Aluguéis e royalties	1.919	3.011	1.919	3.011
67.619	39.904	65.753	41.247	
Valor adicionado total a distribuir	871.016	649.247	871.009	649.434
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	164.210	137.292	164.231	137.304
Benefícios	23.700	19.074	23.700	19.074
FGTS	11.119	9.097	11.119	9.097
199.029	165.463	199.050	165.475	
Tributos				
Federais	268.322	184.865	268.764	184.946
Estaduais	60.052	50.948	60.052	50.948
Municipais	976	829	976	843
329.350	236.642	329.792	236.737	
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	7.588	8.141	7.588	8.141
Aluguéis	20.577	16.675	20.577	16.675
Outros	17.198	10.309	16.728	10.389
45.363	35.125	44.893	35.205	
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio	65.372	42.982	65.372	42.982
Dividendos adicionais propostos	106.230	39.463	106.230	39.463
Lucros retidos	125.672	129.572	125.672	129.572
297.274	212.017	297.274	212.017	
Valor adicionado total distribuído	871.016	649.247	871.009	649.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do período	297.274	212.017	297.274	212.013
Outros resultados abrangentes	(2.396)	(2.095)	(2.396)	(2.095)
Benefícios a empregados - plano de previdência privada	(2.396)	(2.095)	(2.396)	(2.095)
Resultado abrangente do período	294.878	209.922	294.878	209.918
Total do resultado abrangente				
Atribuído a sócios da Companhia controladora	294.878	209.922	294.878	209.922
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGT33.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

• As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e

• As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Cia. Hering, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 15 de fevereiro de 2012.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo atuarial de benefício definido que é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido
Nota 20 - Provisão para contingências e outras provisões
Nota 22 - Benefícios a empregados
Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros
Nota 27 - Mensuração de pagamento baseado em ações
Nota 35 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

	País	Participação (%)	
		2011	2010
Têxtil Santa Catarina Ltda.	Brasil	100,00	100,00
VH Serviços e Construções S.A.	Brasil	94,16	94,16
Garema Malhas Ltda.	Brasil	100,00	100,00
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00
Hering Overseas Ltda.	Ilhas Cayman	100,00	100,00

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo de investimento da controlada Hering Overseas, está sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 15, considerando que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7), incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,95
Instalações e equipamentos de produção	10,95
Móveis e utensílios	9,92
Bens de informática	6,04
Veículos	6,11
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16,35

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes 10 anos Fundo de comércio 5 anos *Software* 5 anos

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identifica qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador.

k) Benefícios a empregados

(i) Planos de benefícios definidos

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iv) Transações de pagamento baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

m) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,88% a.m. que representa o custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 74 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 47 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo e a sua reversão são registrados no resultado financeiro.

n) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

o) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

p) Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, nos custos dos produtos vendidos e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

s) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

t) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota 36.

u) Mudança de prática contábil

Durante o exercício de 2011, com o incremento das importações de estoques, a Companhia passou a registrar como estoque as mercadorias embarcadas por seus fornecedores estrangeiros em operações de importação FOB. Para permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras, os saldos de estoques e fornecedores de 31 de dezembro de 2010 foram ajustados como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Saldos originais em 31 de dezembro de 2010	Ajuste por alteração de prática contábil	Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2010
Estoques	176.692	13.700	190.392
Fornecedores	(108.770)	(13.700)	(122.470)

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Transações de pagamentos baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes.

Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Circulante	Rendimentos em 2011	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos		7.244	8.158	7.611	8.198
Caixa e bancos - Moeda estrangeira		816	2.682	4.694	6.290
Aplicações financeiras: Renda fixa - CDB	100,1% a 102% da variação do CDI	61.498	43.241	62.617	43.241
Renda fixa - Operações compromissadas	101% a 103% da variação do CDI	124.927	56.820	124.927	56.820
		194.485	110.901	199.849	114.549

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a aplicação em certificado de depósito bancários - CDB, com rendimento de 99,5% do CDI, que serão mantidas até o vencimento. Essas aplicações financeiras estão vinculadas a operações de empréstimos realizadas pela Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
No país	375.817	304.293	375.817	304.293
No exterior	2.787	3.387	2.787	3.387
	378.604	307.680	378.604	307.680
Ajuste a valor presente	(6.040)	(4.563)	(6.040)	(4.563)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.697)	(7.695)	(10.697)	(7.695)
	361.867	295.422	361.867	295.422

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 74 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamento a fornecedores externos	2.917	5.503	2.917	5.503
Adiantamento a fornecedores internos	1.535	1.833	1.535	1.833
Contas a receber pela venda de imobilizado	855	611	855	611
Adiantamento a funcionários	1.922	1.886	1.922	1.886
Outros	349	306	527	482
	7.578	10.139	7.756	10.315

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fomentar - Bolsa Garantia	1.053	1.053	1.053	1.053
Produzir - Bolsa Universitária	612	-	612	-
Depósitos Judiciais				
INSS	141	1.326	141	1.326
IPTU	496	496	496	496
Outros	484	484	484	484
Depósitos trabalhistas				
Garantia para reclamatórias trabalhistas	3.704	2.967	3.704	2.967
Contas a receber pela venda de imobilizado	1.076	1.781	1.076	1.781
Outros	333	573	382	595
	7.899	8.680	7.948	8.702

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Produtos acabados	44.784	32.762
Produtos para revenda	69.259	36.795
Produtos em elaboração	35.417	38.965
Estoque em poder de terceiros	20.884	13.913
Matérias-primas e almoxarifado	39.894	51.714
Importações em andamento	8.156	16.816
Provisão para ajuste a valor de realização	(1.037)	(573)
	217.357	190.392

O aumento dos estoques de produtos acabados e para revenda observada em dezembro de 2011 deu-se, principalmente, para o atendimento da demanda prevista com base na entrada de pedidos em carteira.

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
IPI (a)	1.090	955	1.090	955
ICMS a recuperar	5.119	5.054	5.119	5.054
IRPJ e CSLL a compensar	3.177	491	3.177	491
INSS a recuperar (b)	3.705	-	3.705	-
Outros	682	485	687	515
	13.773	6.985	13.778	7.015

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
INCRA (c)	-	601	-	601
IPTU (d)	1.616	817	1.616	817
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	6.948	6.630	6.948	6.630
Outros	-	-	112	142
	8.564	8.048	8.676	8.190

(a) **IPI** - origina-se do saldo credor de IPI relativo à aquisição de matérias-primas, materiais intermediários e materiais de embalagem, em função da não tributação do IPI (tributado à alíquota zero) sobre artigos do vestuário. O saldo está sendo utilizado para compensação/quitação de PIS e COFINS. Não há atualização monetária por se tratar de crédito escritural.

(b) **INSS a Recuperar** - trata-se de ação que questionava o recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre valores pagos a autônomos, avulsos e administradores e que transitou em julgado em favor da Companhia em 08 de julho de 2011, no montante de R\$ 3.705, atualizado até 31 de dezembro de 2011, sendo R\$ 1.011 referente ao valor original e R\$ 2.694 referente atualização.

(c) **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** - a Cia. Hering registrou em 2007 o crédito fiscal referente ao INCRA, devido ao ganho de ação judicial que visava à declaração de inexistência da contribuição ao INCRA, com trânsito julgado em 21 de novembro de 2006. Em 19 de setembro de 2011 foi expedido pelo Juiz, alvará determinando o depósito em favor da Cia. Hering.

(d) **Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)** - a Cia. Hering registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando ao reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. Em junho de 2011 a Companhia procedeu o registro da atualização monetária do crédito à taxa de 1% ao mês, da data do reconhecimento do crédito no montante de R\$ 739.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Composição

A Companhia registra impostos diferidos sobre as adições e exclusões temporárias como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Ativo		
Ajuste a valor presente - clientes	2.054	1.551
Ajuste a valor presente - fornecedores	(460)	(400)
Provisão para créditos de liquidação duvidosos	3.637	2.616
Provisão para despesas administrativas	1.031	1.263
Provisão para PPR	6.111	6.024
Provisão para despesas comerciais	1.516	378
Provisão para despesas variáveis de vendas	3.259	2.585
Provisão riscos cíveis e trabalhistas	2.400	2.197
Tributos com exigibilidade suspensa	420	1.247
Outras diferenças temporárias	1.265	580
Total do ativo	21.233	18.041
Passivo		
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(745)	(705)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.343)	(4.524)
Outras diferenças temporárias	(33)	-
Total do passivo	(5.121)	(5.229)

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensadas com lucros tributáveis.

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação dos impostos diferidos no exercício

Ativo	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 2010	Movimentação	Saldo em 2011
Tributos com exigibilidade suspensa	1.247	(827)	420
Ajuste a valor presente - clientes	1.551	503	2.054
Provisões temporárias	15.243	3.516	18.759
	18.041	3.192	21.233
Passivo			
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(705)	(40)	(745)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.524)	181	(4.343)
Outras diferenças temporárias	-	(33)	(33)
	(5.229)	108	(5.121)

	Têxtil Santa Catarina Ltda.	VH Serviços e Constr. S.A.	Garema Malhas Ltda.
Total de ativos circulante e não circulante	153	185	23
Total de passivos circulante e não circulante	-	198	29
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	153	(13)	(6)
Receitas líquidas do período	-	-	-
Resultado do período	(12)	(16)	19
Participação no capital em %	100,00%	94,16%	100,00%
Saldo no início do período	165	2	(25)
Aumento de capital	-	-	-
Equivalência patrimonial	(12)	(15)	19
Investimento pela equivalência patrimonial	153	(13)	(6)

Durante o exercício não foram recebidos dividendos das investidas. O total dos investimentos com valores negativos em função do passivo a descoberto das controladas no montante de R\$ 19 (R\$ 132 em 2010), foi classificado na rubrica de passivo a descoberto no passivo não circulante.

Conforme orientado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, parágrafo 15, o investimento mantido na controlada Hering Overseas Ltda. está apresentado pelo valor líquido de um empréstimo devido pela Companhia àquela empresa pois foi considerado, em essência, como parte do investimento líquido. Essa apresentação foi efetuada considerando, principalmente, que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível. O valor do patrimônio líquido da Hering Overseas Ltda. em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 213.349, e o valor a receber da Cia. Hering (passivo da Companhia) era de R\$ 208.873.

14. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	99.714	(15.013)	84.701	86.150
Instalações e equipamentos de produção	148.698	(55.244)	93.454	87.414
Móveis e utensílios	16.291	(8.414)	7.877	5.592
Bens de informática	19.935	(6.229)	13.706	10.080
Veículos	1.611	(763)	848	525
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.886	(1.282)	8.604	4.260
Terrenos	28.636	-	28.636	28.636
Obras em andamento	812	-	812	1.569
	325.583	(86.945)	238.638	224.226

b) Movimentação do custo e depreciação

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2011 é demonstrado conforme a seguir:

Custo:	Saldo em 2010	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2011
	Edifícios e benfeitorias	97.690	83	1.941	-
Instalações e equipamentos de produção	129.691	13.622	5.699	(314)	148.698
Móveis e utensílios	12.707	3.720	136	(272)	16.291
Bens de informática	14.077	5.502	699	(343)	19.935
Veículos	1.217	511	-	(117)	1.611
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.150	-	4.825	(89)	9.886
Terrenos	28.636	-	-	-	28.636
Obras em andamento	1.569	12.575	(13.300)	(32)	812
	290.737	36.013	-	(1.167)	325.583
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(11.540)	(3.473)	-	-	(15.013)
Instalações e equipamentos de produção	(42.277)	(13.174)	-	207	(55.244)
Móveis e utensílios	(7.115)	(1.530)	-	231	(8.414)
Bens de informática	(3.997)	(2.473)	-	241	(6.229)
Veículos	(692)	(149)	-	78	(763)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(890)	(402)	-	10	(1.282)
	(66.511)	(21.201)	-	767	(86.945)
	224.226	14.812	-	(400)	238.638

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrado conforme a seguir:

Custo:	Saldo em 2009	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2010
	Edifícios e benfeitorias	93.161	107	4.422	-
Instalações e equipamentos de produção	85.159	36.824	8.153	(445)	129.691
Móveis e utensílios	11.258	1.912	(63)	(400)	12.707
Bens de informática	7.747	4.965	1.558	(193)	14.077
Veículos	989	280	-	(52)	1.217
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.305	-	845	-	5.150
Terrenos	28.636	-	-	-	28.636
Obras em andamento	846	15.638	(14.915)	-	1.569
	232.101	59.726	-	(1.090)	290.737
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(8.146)	(3.394)	-	-	(11.540)
Instalações e equipamentos de produção	(32.635)	(9.864)	-	222	(42.277)
Móveis e utensílios	(6.176)	(1.315)	-	376	(7.115)
Bens de informática	(2.540)	(1.600)	-	143	(3.997)
Veículos	(628)	(96)	-	32	(692)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(565)	(325)	-	-	(890)
	(50.690)	(16.594)	-	773	(66.511)
	181.411	43.132	-	(317)	224.226

c) Revisão de vida útil

Em virtude da revisão de vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2010, as taxas de depreciação sofreram as seguintes alterações em relação ao período anterior:

	Taxa de depreciação novas	Taxas de depreciação anteriores
Edifícios e benfeitorias	2 a 6,67%	2%
Instalações e equipamentos de produção	3,3 a 20%	10 e 20%
Móveis e utensílios	5 a 6,67%	10 e 20%
Bens de informática	5 a 33,33%	20%
Veículos	14%	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 a 20%	10 e 18%

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgada, a Companhia no ano 2000, relativo ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados em abril de 2007 e janeiro de 2010, e dezembro de 2011. A Companhia permanece com a ação de execução judicial contra a Eletrobrás, buscando a realização de valores cujos montantes ainda não foram definidos pela Justiça Federal.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício.

	HRG Intern. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	Hering Overseas Ltd.	2011	2010
	1.489	8.490	6.441	16.781	13.874
	82	7.451	1.965	9.725	8.775
	1.407	1.039	4.476	7.056	5.099
	1.929	-	-	1.929	641
	1.514	(135)	(48)	1.322	(1.328)
	99,99%	100,00%	100,00%		
	(107)	1.044	4.018	5.097	5.660
	-	-	-	-	988
	1.513	(5)	458	1.958	(1.551)
	1.406	1.039	4.476	7.055	5.097

Devido à ampla faixa de taxas de depreciação, calculamos a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo imobilizado:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,95
Instalações e equipamentos de produção	10,95
Móveis e utensílios	9,92
Bens de informática	6,04
Veículos	6,11
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16,35

Em decorrência da definição da nova vida útil para os ativos da Companhia, o montante de R\$ 7.163 foi revertido da despesa de depreciação no custo dos produtos vendidos e nas demais despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Não foi possível estimar o efeito da alteração da nova vida útil para os períodos subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do imobilizado, e que nos períodos subsequentes há aquisições e baixas de bens dos ativos imobilizados.

Em 2011 não houve necessidade de alteração da vida útil dos ativos imobilizados, mantendo a avaliação efetuada no ano de 2010.

d) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrados na nota explicativa 16.

e) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Vida útil definida				
Marcas e patentes (i)	2.410	(1.853)	557	554
Fundo de comércio (ii)	30.685	(14.045)	16.640	17.903
Software (iii)	30.372	(18.231)	12.141	7.632
	63.467	(34.129)	29.338	26.089

(i) Refere-se ao registro das marcas da Companhia, acrescido do custo pela renovação das mesmas junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.

(ii) Trata-se do registro dos pontos comerciais das lojas próprias que são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.

(iii) Refere-se ao registro dos softwares adquiridos de terceiros que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.

b) Movimentação do custo e amortização

A movimentação do intangível consolidado em 31 de dezembro de 2011 é demonstrado conforme a seguir:

Custo:	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
	Marcas e patentes	2.296	114	-
Fundo de comércio	26.735	4.246	(296)	30.685
Software	23.244	7.128	-	30.372
	52.275	11.488	(296)	63.467
Amortização:				
Marcas e patentes	(1.742)	(111)	-	(1.853)
Fundo de comércio	(8.832)	(5.415)	202	(14.045)
Software	(15.612)	(2.619)	-	(18.231)
	(26.186)	(8.145)	202	(34.129)
	26.089	3.343	(94)	29.338

A movimentação do intangível consolidado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrado conforme a seguir:

Custo:	Saldo em 2009	Adições	Impairment	Saldo em 2010
	Marcas e patentes	3.509	544	(1.757)
Fundo de comércio	18.435	8.300	-	26.735
Software	20.876	2.368	-	23.244
	42.820	11.212	(1.757)	52.275
Amortização:				
Marcas e patentes	(1.639)	(103)	-	(1.742)
Fundo de comércio	(4.847)	(3.985)	-	(8.832)
Software	(13.162)	(2.450)	-	(15.612)
	(19.648)	(6.538)	-	(26.186)
	23.172	4.674	(1.757)	26.089

c) Valor recuperável de ativos

Com o intuito de proteger a marca da Companhia, foi adquirida através de sua controlada Garema, no final do ano de 2009, a marca Cristais Hering. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou provisão de perda por desvalorização do valor integral desta marca no montante de R\$ 1.757. O montante provisionado refere-se ao valor da marca em 31 de dezembro de 2010, ao custo de aquisição, sendo a provisão reconhecida no grupo de outras despesas operacionais no exercício de 2010. A provisão é revista anualmente ou no momento em que um fato novo venha demonstrar, expectativa de geração de fluxos de caixa futuros pela utilização ou resultado pelo valor líquido de venda. Neste momento a marca não está em uso, e não há expectativa de geração de fluxos de caixa futuros pela utilização ou venda da marca.

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

a) Saldos

Modalidade:	Encargos anuais	Ano de vencimento	Controladora e Consolidado		
			Moeda	2011	2010
Capital de giro	Juros de 6,75%	2012	R\$	491	681
	Juros de 120% do CDI	2011/2013	R\$	11.658	19.436
	Juros de 7%	2011	R\$	-	14.204
	Juros de 9%	2013	R\$	9.451	-
Investimentos: BNDES (i)	Juros de 5% mais TJLP	2015	R\$	11.951	15.258
	Juros de 10%	2014	R\$	1.371	1.258
FNE FCO	Juros de 10%	2011	R\$	-	3.067
				34.922	53.904
				11.800	27.799
				23.122	26.105

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

CDI - Certificado Depósito Interbancário

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste

(i) O saldo do empréstimo captado junto ao BNDES tem prazo de vencimento até 2015 e é garantido por bens do ativo imobilizado, conforme previsto originalmente em contrato.

As captações ocorridas durante os exercícios de 2010 e 2011, não continham custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado
2013	15.655
2014	1.926
2015	5.541
	23.122

b) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES e Banco Nordeste (FNE) são garantidos por bens do imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade de empréstimo	Garantia	Consolidado	
		2011	2010
BNDES	Terrenos	13.154	13.154
BNDES	Edifícios e benfeitorias	41.347	42.159
Banco Nordeste	Terrenos	157	157
Banco Nordeste	Edifícios e benfeitorias	3.926	4.344
Banco Nordeste	Máquinas	1.229	1.631
		59.813	61.445

Em garantia dos empréstimos e financiamentos, além de alienação de bens, a Companhia ofereceu avais de acionista no valor de R\$ 13.322 (R\$ 16.516 em 2010), e certas aplicações financeiras que estão classificadas como mantidas até o vencimento R\$ 937 (R\$ 1.257 em 2010). A execução das garantias pode ocorrer na hipótese de inadimplência no pagamento dos empréstimos.

c) Cláusulas restritivas (covenants financeiros)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto ao Credit Suisse, cujo saldo em 31 dezembro de 2011 era de R\$ 11.658 (R\$ 19.436 em 2010). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente e anualmente, sendo que esses índices estão relacionados a relação entre dívida líquida e EBITDA (refere-se à sigla em inglês para "Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização") e relação entre EBITDA e despesa financeira líquida. Caso esses índices não sejam atingidos, o banco poderá declarar vencido antecipadamente o valor devido. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos.

17. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2011	2010	2011	2010
REFIS IV (a)				
Salário Educação	300	260	1.037	1.245
INSS	2.565	2.325	9.781	11.278
PIS/COFINS/IOF	5.358	4.837	10.907	14.577
Parcelamento ICMS (b)	-	682	-	1.704
	8.223	8.104	21.725	28.804

(a) REFIS IV - A Companhia formalizou pedido de adesão ao REFIS IV em novembro de 2009 na modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), beneficiando-se da redução no saldo de multas e juros incidentes sobre os débitos parcelados nas modalidades PAEX e Outros Parcelamentos até aquela data. Também foram incluídos nesta modalidade débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente, que eram objetos de discussões administrativas e judiciais.

(b) Parcelamento ICMS - A Companhia formalizou em julho de 2010, junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, pedido de parcelamento de ICMS relativo a créditos sobre materiais intermediários, do período de jan/2005 a dez/2007. Em agosto de 2011, a Companhia efetuou o recolhimento integral do saldo do parcelamento do ICMS em virtude do benefício advindo da Lei nº 15.510/2011 (Revigorar III) que consistiu na redução de 95% da multa e juros.

O saldo remanescente do parcelamento é atualizado com base na taxa SELIC. No ano de 2011 foi efetuado pagamento no montante de R\$ 7.620 (R\$ 6.924 em 2010) referente aos impostos parcelados REFIS e R\$ 2.093 (R\$ 339 em 2010) referente ao parcelamento de ICMS.

Em 31 de dezembro de 2011 as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2011	2010
2013		7.441
2014		3.484
2015		3.539
2016		1.587
2017 a 2024		5.674
		21.725

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamentos acima mencionados está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
	2011	2010
ICMS sobre vendas	7.236	6.643
PIS e COFINS	6.949	3.596
Imposto de renda e contribuição social	45.264	8.673
Imposto de renda retido na fonte	1.407	1.226
Outros	367	294
	61.223	20.432

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2011	2010	2011	2010
PRODEC - SC (a)	4.037	2.789	33.401	34.460
PRODEC III - SC (b)	-	-	9.307	6.420
Fomentar - GO (c)	-	-	51	51
PROADI - RN (d)	29	29	-	-
Produzir (e)	612	78	-	-
	4.678	2.896	42.759	40.931

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável.

(a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - destinado a financiar a modernização de empreendimentos que contribuam para geração de empregos e renda à sociedade catarinense e que incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual. A principal obrigação da Companhia por fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, sendo que estes foram devidamente cumpridos ao longo do período em que o incentivo foi usufruído.

O valor contratado em julho de 1999 foi de R\$ 67.883, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses e findou em maio de 2010. A liquidação deste financiamento iniciou-se em julho de 2004 e finda em junho de 2016. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. e atualização monetária de 50% IGPM-FGV ao mês.

(b) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R\$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. A principal obrigação da Companhia por fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual.

(c) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis.

O valor contratado em novembro de 1998 foi de R\$ 66.114 para um período de fruição de 240 meses, sendo que sua utilização ocorreu até fevereiro de 2009, quando foi substituído pelo Programa Produzir. O valor do benefício é atualizado à taxa de juros de 0,2% ao mês, não capitalizável, incidente sobre a totalidade do saldo devedor e pago mensalmente. O montante total utilizado pela Companhia em 2009 foi de R\$ 3.757, registrado no resultado do exercício na rubrica Deduções sobre Vendas.

A Companhia tinha, por fruição deste incentivo, como principais obrigações a implantação de sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Tais obrigações foram integralmente cumpridas durante todo o período de fruição do incentivo.

(d) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - destinado à formação do ativo circulante da unidade situada no município de Pamamirim.

Pelo contrato firmado o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses, sendo que iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Não há valor limite neste benefício.

O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2011 foi de R\$ 11.226 (R\$ 10.370 em 2010) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas.

Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia.

(e) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas.

O valor contratado em março de 2009 foi de R\$ 68.573, sendo que o início de utilização do benefício se deu em maio de 2009 e finda em outubro de 2018. Não houve utilização em 2011 (R\$ 701 em 2010) e está contabilizado nas contas de resultado na rubrica Deduções sobre Vendas.

A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício.

De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano.

As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Produzir, Fomentar, Tare 221/01, Crédito Outorgado, Pró-Emprego e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R\$ 96.699 em 2011 e R\$ 65.421 em 2010) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 12.101 em 2011 e R\$ 7.455 em 2010). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS.

Em 2010, os Estados de Goiás e Rio Grande do Norte validaram os investimentos realizados pela Companhia desde o início do aproveitamento dos incentivos fiscais Proadi, Produzir, Fomentar, respectivamente, estabelecendo que as metas previstas/acordadas para os referidos incentivos foram cumpridas. Com relação ao benefício do Pró-Emprego, concedido pelo Estado de Santa Catarina, restou certificado em 2010 o cumprimento da totalidade das metas acordadas para o projeto. Considerando que a Companhia obteve em 2010, a confirmação de que os referidos benefícios fiscais poderiam ser caracterizados como subvenção para investimento, efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento, no montante de R\$ 84.252 em 2010 e R\$ 39.906 em 2011, na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195 - A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para contingências, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2011	2010	2011	2010
Provisões para contingências:				
Trabalhistas (a)	914	914	4.977	4.127
Tributárias (b)	-	21	496	496
Cíveis (c)	-	-	1.169	1.421
Despesas comerciais (d)	14.043	8.714	-	-
Despesas administrativas (e)	1.912	2.405	2.844	5.171
Provisão para participação nos resultados	19.100	17.719	-	-
	35.969	29.773	9.486	11.215

(a) **Trabalhistas** - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 3.704 (R\$ 2.967 em 2010).

(b) **Tributárias** - refere-se às discussões judiciais relativas ao IPTU, para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 496.

(c) **Cíveis** - as principais ações estão relacionadas a reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável.

(d) **Provisão para despesas comerciais** - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes e fretes sobre vendas.

(e) **Provisão despesas administrativas** - consiste na provisão para pagamentos de honorários advocatícios, parcela a pagar da contribuição previdenciária privada HERINGPREVI referente ao tempo de serviços passados e provisão para pagamento de INSS Lei nº 12.546.

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 38.153 (R\$ 32.584 em 2010).

Em relação às contingências possíveis, destaca-se o processo cível que a Companhia mantém contra a Massa Falida do Banco Santos, figurando como parte ativa requerendo a declaração de quitação total das dívidas junto ao Banco Santos, no montante de R\$ 20.780 mil. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos mantém dois processos contra a Cia. Hering, requerendo a revogação de Carta Garantia vinculadas aos empréstimos, cujos valores de possíveis perdas são de R\$ 5.927 mil e USD 5.830 mil.

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no período:

	Circulante e Não circulante				
	Saldo em 2010	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 2011
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	5.041	2.148	(92)	(1.206)	5.891
Tributárias	517	-	-	(21)	496
Cíveis	1.421	330	(295)	(287)	1.169
Despesas comerciais	8.714	38.412	-	(33.083)	14.043
Despesas administrativas	7.576	13.215	(307)	(15.728)	4.756
Provisão participação nos resultados	17.719	29.790	(1.000)	(27.409)	19.100
	40.988	83.895	(1.694)	(77.734)	45.455

	Circulante e Não circulante				
	Saldo em 2009	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 2010
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	3.558	2.446	(148)	(815)	5.041
Tributárias	517	-	-	-	517
Cíveis	1.385	76	-	(40)	1.421
Despesas comerciais	7.139	28.833	(62)	(27.196)	8.714
Despesas administrativas	4.467	13.872	(1.376)	(9.387)	7.576
Provisão participação nos resultados	14.786	31.087	(3.814)	(24.340)	17.719
	31.852	76.314	(5.400)	(61.778)	40.988

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras de empréstimos entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir.

a) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seu Conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Honorários da Administração	6.511	6.083	6.527	6.096
Remuneração variável	4.021	3.142	4.021	3.142
Benefícios de curto prazo	974	937	974	937
Outros (INSS)	2.107	1.846	2.107	1.846
Remuneração com base em ações	1.820	1.185	1.820	1.185
	15.433	13.193	15.449	13.206

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição.

b) Outras transações com partes relacionadas

As transações referem-se aos contratos de mútuos sobre os quais não há incidência de juros. O prazo de validade destes contratos é indeterminado.

	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	2011	2010	2011	2010
VH Serviços e Construções S.A.	198	190	-	-
Têxtil Santa Catarina Ltda.	-	-	33	15
Garema Malhas Ltda.	30	47	-	-
HRG Com. do Vest. e Inter. Serv. Fin. Ltda.	-	161	-	-
Hering Internacional SAFI	-	-	2.911	2.585
	228	398	2.944	2.600

Em 31 de dezembro de 2011, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas.

Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. No ano de 2011, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 707.

c) Vendas para partes relacionadas

A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 21.632 (R\$ 18.828 em 31 de dezembro de 2010), do qual R\$ 7.306 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 7.014 em 31 de dezembro de 2010). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 9.600, como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de Previdência Privada

O Bradesco Multi Pensions é uma entidade fechada de previdência privada, que tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares aos da previdência social, principalmente a planos de aposentadoria, atendendo a todos os funcionários do grupo Hering, que aderirem ao plano. Os planos de previdência complementar oferecido aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida.

As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano concede aos funcionários contribuintes do plano o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) e aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pago em parcela única.

O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2011 era de 191 pessoas, tendo contribuído no ano de 2011 com o montante de R\$ 662 e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizam, em dezembro de 2011, 8.350 pessoas, cujo valor contribuído pela patrocinadora referente ao benefício mínimo desses participantes no ano de 2011 totalizou R\$ 180.

A Companhia determinou que, de acordo com os termos e condições da parte do plano que contém benefícios definidos e de acordo com exigências estatutárias (como exigências de financiamento mínimo) dos planos das respectivas jurisdições, o valor presente de reembolsos ou reduções em contribuições futuras, não é menor que o balanço do valor justo total dos ativos do plano, menos o valor presente total das obrigações. A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2011, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

a) Saldos do plano

	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	19.909	17.129
Valor justo dos ativos do plano	19.616	18.902
Déficit (superávit) para planos cobertos	293	(1.773)

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	2011	2010
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	17.129	15.357
Custos do serviço corrente e juros	212	166
Juros sobre obrigação atuarial	1.763	1.653
(Ganho)/perda atuarial	2.162	1.203
Benefícios pagos no ano	(1.357)	(1.250)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	19.909	17.129

c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	2011	2010
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	18.902	18.802
Retorno esperado dos ativos do plano	2.126	2.103
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(234)	(892)
Contribuições de patrocinadora	180	141
Benefícios pagos pelo plano	(1.358)	(1.252)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	19.616	18.902

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos.

d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	2011	2010
Custo do serviço corrente	212	166
Juros sobre as obrigações atuariais	1.763	1.653
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.126)	(2.103)
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	(151)	(284)

e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2011	2010
Montante acumulado em 1º de janeiro	(1.084)	(3.179)
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	2.396	2.095
Montante acumulado em 31 de dezembro	1.312	(1.084)

f) Premissas atuariais

(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial

	2011	2010
Taxa de desconto nominal	11,30%	10,80%
Taxa de aumento nominal do salário	7,60%	6,60%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,50%	4,50%

(ii) Hipóteses usadas para determinar a despesa (receita) a ser reconhecida

	2011	2010
Taxa de desconto nominal	10,80%	11,30%
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	11,70%	11,60%
Taxa de aumento nominal do salário	6,60%	6,60%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. As tabelas de mortalidade utilizadas foram AT-83 Male, RRB-1944(MI) e RRB-1944(EI). A idade na data de aposentadoria considerada é de 55 anos, 100% se aposentam na 1ª elegibilidade a aposentadoria antecipada.

Plano de Assistência Médica

A Companhia possui os planos de assistência médica Bradesco Saúde e Sul América para seus funcionários. Os participantes dos planos em 31 de dezembro de 2011 estavam assim apresentados:

Empregados	Planos	
	Bradesco	Sul América
Empregados ativos	1.671	276
Empregados aposentados	-	4
Empregados aposentados por invalidez	84	3
Empregados desligados	17	6

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia contabilizou um passivo no valor total de R\$ 12.862, correspondente a estimativa do incremento futuro no custo do plano de saúde oferecidos aos seus funcionários em decorrência da possibilidade desses funcionários ao se aposentarem ou forem desligados, fazerem a opção por permanecer no plano de saúde nas mesmas condições oferecidas aos demais funcionários ativos. Esta possibilidade está amparada pela Lei nº 9.656/98. A contabilização do passivo foi efetuada contra a rubrica de lucros acumulados e não foi efetuada em exercícios anteriores por não haver a apuração do valor disponível. A Administração avalia que o efeito do registro da provisão em exercícios anteriores não

representaria um valor significativo que mudaria a visão e entendimento do leitor das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. A apuração do passivo foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas identificadas a seguir:

Principais hipóteses atuariais

Financeiras

Taxa de desconto da obrigação atuarial	11,30% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Não Aplicável
Health Care Cost Trend Rate	8,66% a.a.
Fator de Idade (Aging Factor)	3,50%
Taxa anual de inflação a longo prazo	5,50%

Biométricas

Tábua de mortalidade geral	AT - 1983 Male
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1944 (MI)
Tábua de entrada em invalidez	RRB - 1944 (EI)

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 10.697 (R\$ 7.695 em 2010) representativos de 2,83% do saldo de contas a receber em aberto (2,5% em 2010), para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	199.849	114.549
Aplicações financeiras	937	1.257
Contas a receber de clientes	378.604	307.680
Outras contas a receber	15.704	19.017

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	2011	2010
Contas a receber	370.304	301.215
A vencer		
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	2.476	2.160
De 31 a 90 dias	1.236	1.027
De 91 a 180 dias	1.256	1.044
De 181 a 360 dias	1.265	853
Acima de 360 dias	2.067	1.381
	378.604	307.680

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	(7.695)	(12.361)
Adições	(6.394)	(6.304)
Baixas	3.392	10.970
Saldo no final do exercício	(10.697)	(7.695)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	2011	2010
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	188.481	101.318
Passivos financeiros	(23.609)	(34.694)
	164.872	66.624
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	(11.313)	(19.210)
	(11.313)	(19.210)

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2011, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2011:

	2012	2013	2014	2015	Consolidado Total
Empréstimos e financiamentos	11.800	15.655	1.926	5.541	34.922
Fornecedores e outras contas a pagar	131.277	347	58	-	131.682
	143.077	16.002	1.984	5.541	166.064

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas na quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado		2011		2010	
	2011	2010				
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	4.694	6.290	14.716.677	9,0%	14.716.677	9,0%
Contas a receber (nota explicativa 7)	2.787	3.387	11.768.370	7,2%	11.768.370	7,2%
Adiantamentos a fornecedores (nota explicativa 8)	2.917	5.503	8.099.806	5,0%	8.133.444	5,0%
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	76	151	8.675.370	5,3%	-	-
Fornecedores	(9.853)	(24.713)	3.430.996	2,1%	9.634.038	5,9%
	621	(9.382)	-	-	9.764.050	6,0%
			116.738.895	71,4%	108.705.500	66,9%
			163.430.114	100%	162.722.079	100%

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

b) Instrumentos financeiros - valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	199.849	199.849	114.549	114.549
Custo amortizado:				
Aplicações financeiras	937	937	1.257	1.257
Clientes e outras contas a receber	369.623	369.623	305.737	305.737
Empréstimos e financiamentos	(34.922)	(34.922)	(53.904)	(53.904)
Fornecedores e outras contas a pagar	(131.682)	(131.682)	(134.770)	(134.770)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzido de provisões para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Pelas razões anteriormente descritas, os valores justos apresentados foram definidos no nível 3 da hierarquia de valor justo.

c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se:

Geração de Caixa Livre: a Companhia tem como meta a diminuição da necessidade de investimentos em capital de giro, com foco nas contas a receber de clientes e no prazo médio de pagamento a fornecedores. O montante de caixa livre é determinado pelo cálculo que considera EBITDA, itens não caixa, imposto de renda, capital de giro e investimentos.

Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas.

Os indicadores de geração de caixa livre e gestão da dívida em 31 de dezembro de 2011 estão abaixo apresentados:

	Consolidado	
	2011	2010
Dívida Curto Prazo	(11.800)	(11.800)
Dívida Longo Prazo	(23.122)	(23.122)
Total da Dívida	(34.922)	(34.922)
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	200.786	200.786
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	165.864	165.864
Geração de Caixa Livre	189.975	189.975

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre.

d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2011 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 10,87% (taxa anualizada para o período referência) e TJLP de 6,0%. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Operação	Valores	Risco	Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações financeiras	R\$ 188.481 (*)	Baixa CDI	10,87	20.488	8,15	15.366	5,44	10.244

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2011 de aplicações em CDB e Operações compromissadas sujeitas à variação do CDI.

Operação	Valores	Risco	Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimo - Capital de Giro	R\$ 11.658 (*)	Alta CDI	10,87	(1.267)	13,59	(1.584)	16,31	(1.901)
Empréstimo - BNDES	R\$ 11.951 (**)	Alta TJLP	6,00	(717)	7,50	(896)	9,00	(1.076)

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2011 sujeitos à variação do CDI

(**) Saldo em 31 de dezembro de 2011 sujeitos à variação do TJLP

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2011 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo 2011	Taxa	Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
			Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa
Caixa em moeda estrangeira	4.694	1,8758	-	2.3448	1.174	2.8137	2.347	
Contas a receber	2.787	1,8758	-	2.3448	697	2.8137	1.394	
Adiantamentos a fornecedores	2.917	1,8758	-	2.3448	729	2.8137	1.459	
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	76	1,8758	-	2.3448	19	2.8137	38	
Fornecedores	(9.853)	1,8758	-	2.3448	(2.463)	2.8137	(4.927)	
Exposição e ganhos e perdas líquidos	621			156		311		

e) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2011, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social

O capital social autorizado é composto por 350.000 mil ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado é composto por ações ordinárias distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

(*) Gestores com sede no Brasil

(**) Gestor com sede nos Estados Unidos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2010, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações pós-desdobramento.

b) Reserva de capital

Opções de compra de ações outorgadas conforme descritas na nota explicativa 27 são registradas como reservas de capital.

c) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício 297.274
Reserva legal 5% 14.864

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

• Outras reservas de lucros

Incentivos fiscais

Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos, representadas pelos incentivos fiscais concedidos a Companhia pelos estados de Goiás (Fomentar/Produzir), Rio Grande do Norte (Proadi) e Santa Catarina (Pró-emprego) no montante de R\$ 39.906 e R\$ 6.749 decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração. Conforme regulamentação aplicável a esses incentivos, essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

A subvenção para investimento decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração foi contabilizada no resultado do exercício, na rubrica Despesas IRPJ, no montante de R\$ 6.749.

d) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício 297.274

(-) Ajuste atuarial de plano de previdência privada (2.396)

(-) Ajuste atuarial de plano de saúde (12.862)

(+) Ajuste de correção monetária 352

(-) Reserva de lucro - subvenção de incentivos (46.655)

(-) Reserva legal (14.864)

Base de cálculo 220.849

Dividendos obrigatórios (25%) 55.212

Dividendos deliberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras 10.160

Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos a aprovação da AGO 106.230

Durante o exercício de 2011 foi pago o montante de R\$ 65.372 correspondentes aos dividendos obrigatórios de R\$ 55.212 e dividendos deliberados e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras de R\$ 10.160. Do montante total pago, R\$ 34.320 referem-se a dividendos deliberados em reunião do Conselho de 22 de setembro de 2011 para pagamento em 13 de outubro de 2011, e R\$ 31.052 referem-se a juros sobre capital próprio conforme descrito na nota 25. A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

Os dividendos adicionais propostos representam a proposta da Administração para ser deliberada na Assembleia dos acionistas. Os dividendos e juros sobre capital próprio, calculados por ação, estão apresentados como segue:

Valor total proposto	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R\$)
14.709	163.430	0,09
34.320	163.430	0,21
16.343	163.430	0,10
106.230	163.430	0,65

e) Outros resultados abrangentes

O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada Hering Previ.

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no ano de 2011 foram pagos aos acionistas: (i) o montante de R\$ 8.115 (líquido do IRRF no montante de R\$ 1.314 pagos em dezembro de 2010) correspondentes ao ano de 2010, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2010; (ii) o montante de R\$ 12.718 (líquido do IRRF no montante de R\$ 1.991 pagos em junho de 2011) aprovado em reunião do Conselho de Administração de 16 de junho de 2011 e (iii) o montante de R\$ 14.123 (líquido do IRRF no montante de R\$ 2.197 pagos em dezembro de 2011) aprovado em reunião do Conselho de Administração de 08 de dezembro de 2011 correspondentes ao ano de 2011.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados, um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 2011, o montante correspondente a participação nos resultados totalizou R\$ 28.790 (R\$ 23.364 em 2010). Deste valor o montante de R\$ 9.087 (R\$ 7.014 em 2010) já foi pago durante o exercício.

27. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações:

(a) Primeiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 29 de maio de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do primeiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 532.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 9,61 (nove reais e sessenta e um centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A. Em 28 de maio de 2009 foi cancelado o equivalente a 58.000 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

(b) Segundo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 28 de maio de 2009, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do segundo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 304.048 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 7,18 (sete reais e dezoito centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

(c) Terceiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 27 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do terceiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 184.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

(d) Quarto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 04 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do quarto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 265.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 31,84 (trinta e um reais e oitenta e quatro centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

O número de ações mencionadas nos tópicos (a), (b) e (c), refere-se a quantidade de ações antes do desdobramento mencionado na nota explicativa 24.

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário.

Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia.

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Para fins comparativos, estamos considerando o desdobramento das ações para o 1º, 2º e 3º programas, para as opções de ações outorgadas, exercidas e canceladas desde o início dos programas de opções. Do número total de 3.325.144 (1º, 2º e 3º programas após o desdobramento e 4º programa) opções de ações outorgadas nos programas, 306.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o exercício de 2009, 633.036 durante o exercício de 2010, 708.035 durante o exercício de 2011 e 174.000 foram canceladas no exercício de 2009. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2011, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,92%. O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração. Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Empresa apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o método *Black & Scholes*. O valor justo das opções na data da outorga representou um montante de R\$ 3.065 para a 1ª opção, R\$ 2.520 para a 2ª opção, R\$ 4.559 para a 3ª opção e R\$ 3.946 para a 4ª opção, os quais serão reconhecidos no resultado durante o período que compreende a data da outorga até o prazo máximo de exercício das opções. No ano de 2011 a Companhia reconheceu no resultado um valor de R\$ 1.820 (R\$ 1.185 em dezembro de 2010). As apurações do valor justo das opções de ações, efetuadas sob o método *Black & Scholes*, consideram as seguintes premissas para sua precificação:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	R\$/ação
Preço de fechamento	10,424	11,04	41,50	33,50	R\$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	2,13%	2,13%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	a.a.
Cupom de IPCA (*)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	R\$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	R\$ mil
Quantidade de ações após o desdobramento (**)	1.596.000	912.144	552.000	265.000	

(*) Taxa de juros livre de risco

(**) Em 29 de outubro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações após o desdobramento. Esse desdobramento está refletido na quantidade de ações outorgadas no 1º, 2º e 3º programas.

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGT3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, foi obtida diretamente do serviço Bloomberg para os 1º, 2º e 3º programas, e para o 4º programa de 04 de maio de 2011, foi retirada diretamente do serviço Economatica. O preço do fechamento para a data específica é de R\$ 10,424 por ação para o 1º programa, R\$ 11,040 por ação para o 2º programa, R\$ 41,50 para o 3º programa e R\$ 33,50 para o 4º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa e 04 de maio de 2011, para o 4º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGT3, do período de 30 de maio de 2007 a 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 a 28 de maio de 2009 para o 2º programa, e do período de 28 de maio de 2009 a 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do serviço Bloomberg e do período de 31 de maio de 2010 a 04 de maio de 2011 para o 4º programa, do serviço Economatica, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*. O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções está demonstrado a seguir:

	2011		2010	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	1.947.108	5,80	676.048	8,98
Opções outorgadas	265.000	31,84	184.000	36,67
Opções exercidas	(708.035)	5,07	(211.012)	9,57
Opções substituídas	-	-	-	-
Opções expiradas	-	-	-	-
Desdobramento de ações	-	-	1.298.072	5,80
Opções canceladas	-	-	-	-
Opções em circulação no final do exercício	1.504.073	11,34	1.947.108	5,80
Opções exercíveis no final do exercício	13.500	13,38	-	-

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita de venda mercado interno	1.417.909	1.031.894	1.420.077	1.032.573
Receita de venda em lojas próprias	236.720	197.113	236.720	197.113
Receita de venda mercado externo	21.376	21.170	21.376	21.170
Receita de royalties	16.553	11.563	16.553	11.563
Devoluções	(47.418)	(27.298)	(47.418)	(27.298)
Receita bruta de vendas	1.645.140	1.234.442	1.647.308	1.235.121
Ajuste a valor presente - Receita	(37.429)	(22.992)	(37.429)	(22.992)
Ajuste a valor presente - ICMS	352	600	352	600
Abatimentos e Repasse IBCC	(5.532)	(3.691)	(5.532)	(3.691)
Impostos sobre as vendas	(251.227)	(195.514)	(251.466)	(195.552)
Deduções da receita	(293.836)	(221.597)	(294.075)	(221.635)
Receita líquida	1.351.304	1.012.845	1.353.233	1.013.486

29. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas variáveis de vendas	85.927	67.217	85.927	67.217
Despesas com pessoal	53.343	43.722	53.343	43.722
Despesas com propaganda e publicidade	30.895	22.609	30.895	22.609
Despesas com locação de imóveis	17.695	15.209	17.695	15.209
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.832	(1.596)	4.832	(1.596)
Despesas com amostras e desenv. de produtos	9.512	8.894	9.512	8.894
Despesas com viagens e estadias	4.494	4.826	4.494	4.826
Despesas com serviços de terceiros	3.801	4.347	3.801	4.347
Outras despesas	2.047	4.867	2.050	4.870
	212.546	170.095	212.549	170.098

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas com pessoal	10.968	9.819	10.968	9.819
Despesas com serviços de terceiros	8.396	6.842	8.396	6.842
Despesas com propaganda institucional	2.208	2.754	2.208	2.754
Despesas com serviços de TI	2.693	2.506	2.693	2.506
Despesas com doações	2.023	1.699	2.023	1.699
Despesas com viagens	823	843	823	843
Despesas com materiais gerais	441	608	441	608
Outras despesas	2.969	1.706	3.009	1.784
	30.521	26.777	30.561	26.855

31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2011	2010
Outras receitas operacionais		
Créditos tributários (a)	7.638	778
Redução INSS Lei nº 12.546/11	366	-
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	656	-
Receita venda ações Eletrobrás e reversão provisão	-	2.690
Indenização recebida de sinistro	200	1.568
Reversão outras despesas	729	932
Redução multa parcelamento tributário ICMS	-	390
Outras	1.046	1.415
	10.635	7.773
Outras despesas operacionais		
Constituições de provisões trabalhistas e cíveis	(2.163)	(2.671)
Plano de ações	(1.820)	(1.185)
Honorários advocatícios	(1.436)	(1.091)

	Consolidado	
	2011	2010
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(459)	-
Parcelamento tributário ICMS	-	(2.787)
Custo venda de investimento ações Eletrobrás e provisão para perda	-	(3.011)
Realocação de bens do ativo imobilizado	(288)	(2.458)
Projeto Museu Hering e Projetos Sociais	(299)	(1.373)
Provisão perda intangível (b)	-	(1.757)
Provisão fatura Celesc	-	(538)
Outras	(1.001)	(946)
	(7.466)	(17.817)
	3.169	(10.044)

Outras receitas operacionais líquidas

(a) **Créditos tributários** - refere-se ao reconhecimento de créditos de PIS e COFINS de janeiro de 2008 à março de 2011 no montante de R\$ 4.200 decorrente do novo entendimento do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) quanto aos créditos possíveis de aproveitamento; R\$ 1.546 de crédito de IPI alíquota zero de 1994 a 1998, cujo processo judicial transitou em julgado em maio de 2011; R\$ 1.011 de INSS incidente sobre valores pagos a autônomos, avulsos e administradores, cujo processo judicial transitou em julgado em julho de 2011, e R\$ 881 de créditos tributários diversos.

(b) **Provisão perda intangível** - refere-se à provisão de perda por desvalorização da marca Cristais Hering de propriedade da Controlada Garemá, registrada em 2010, conforme nota explicativa 15c.

32. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	15.415	10.499	15.415	10.499
Juros sobre tributos recuperados (a)	9.115	1.720	9.115	1.720
Ajuste a valor presente	35.952	21.163	35.952	21.163
Outras receitas	3.260	4.805	3.352	4.824
Varição cambial ativa, líquida	-	257	-	30
	63.742	38.444	63.834	38.236
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(7.442)	(7.622)	(7.442)	(7.622)
Encargos financeiros sobre tributos	(7.519)	(8.166)	(7.519)	(8.166)
Ajuste a valor presente	(11.532)	(6.508)	(11.532)	(6.508)
Outras despesas	(5.427)	(5.526)	(5.427)	(5.842)
Varição cambial passiva, líquida	(2.667)	-	(2.218)	-
	(34.587)	(27.822)	(34.138)	(28.138)
	29.155	10.622	29.696	10.098

(a) **Juros sobre tributos recuperados** - os principais valores que compõem esse grupo em 2011 referem-se: R\$ 3.904 atualização IPI alíquota zero (nota 10 a); R\$ 2.694 atualização processo INSS incidente sobre valores pagos a autônomos, avulsos e administradores (nota 10 b); R\$ 790 atualização PIS e Cofins CARF (nota 31 a), R\$ 739 atualização IPTU (nota 10 d) e R\$ 988 referente atualização créditos diversos. Em 2010, os principais valores referem-se à atualização de depósitos judiciais Cofins de R\$ 529, e R\$ 691 referente redução de juros parcelamento ICMS.

33. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Impostos correntes:				
Contribuição social	(29.497)	(12.961)	(29.621)	(12.980)
Imposto de renda	(70.898)	(36.315)	(71.219)	(36.352)
	(100.395)	(49.276)	(100.840)	(49.332)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	874	(1.968)	874	(1.968)
Imposto de renda	2.426	(154)	2.426	(154)
	3.300	(2.122)	3.300	(2.122)

(b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido antes de impostos	394.369	263.415	394.814	263.467
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(134.085)	(89.561)	(134.237)	(89.579)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões:				
Resultado de participação em controladas	449	(487)	449	(487)
Juros sobre capital próprio	10.558	6.436	10.558	6.436
Subvenção para investimento (i)	13.568	28.646	13.568	28.646
Adições permanentes	(1.898)	(1.971)	(1.898)	(1.971)
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	3.272	1.985	3.272	1.985
Redução IRPJ Lucro da Exploração	6.749	2.822	6.749	2.822
Dispêndios com inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	2.824	-	2.824	-
Outras exclusões permanentes	1.468	732	1.175	694
Imposto de renda e contribuição social	(97.095)	(51.398)	(97.540)	(51.454)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(100.395)	(49.276)	(100.840)	(49.332)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.300	(2.122)	3.300	(2.122)
Alíquota efetiva	25%	20%	25%	20%

(i) Refere-se aos benefícios fiscais FOMENTAR/PRODUZIR, PROADI e Pró-Emprego, mencionado na nota explicativa 19.

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Realização sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	(4.221)
Constituição sobre adições temporárias	3.193	1.616
Reversão (constituição) sobre exclusões temporárias	(74)	288
Realização da correção monetária do ativo próprio no período	181	195
	3.300	(2.122)

34. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

(a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	297.274	212.017
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	163.145	162.442
Lucro básico por ação - R\$	1.8221	1.3052

(b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	297.274	212.017
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	163.145	162.4

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

35. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía 70 (58 em 31 de dezembro de 2010) contratos de locação para suas unidades comerciais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro.

Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato.

Os contratos possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2011	2010
Até um ano	10.601	10.127
Acima de um ano e até cinco anos	17.022	16.001
Acima de cinco anos	122	307
	27.745	26.435

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2011	2010
Despesas com arrendamento mercantil operacional	19.884	16.038

36. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e dzarm. e Canal: Varejo, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Canal	Consolidado - 2011					
	Hering	Hering Kids	PUC	dzarm.	Outras	Total
Varejo	498.439	96.724	84.478	95.767	46.288	821.696
Franquias	531.616	13.869	34.100	-	-	579.585
Webstore	8.954	914	1.016	1.334	-	12.218
Lojas Próprias	201.461	4.888	5.139	945	-	212.433
Receita bruta mercado interno	1.240.470	116.395	124.733	98.046	46.288	1.625.932
Receita bruta mercado externo						21.376
Receita bruta total						1.647.308

Canal	Consolidado - 2010					
	Hering	Hering Kids	PUC	dzarm.	Outras	Total
Varejo	382.140	70.469	61.698	68.501	22.964	605.772
Franquias	380.339	11.102	30.657	-	-	422.098
Webstore	4.301	393	449	292	-	5.435
Lojas Próprias	174.299	235	5.973	139	-	180.646
Receita bruta mercado interno	941.079	82.199	98.777	68.932	22.964	1.213.951
Receita bruta mercado externo						21.170
Receita bruta total						1.235.121

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2011	2010
Receita bruta mercado interno	1.625.932	1.213.951
Receita bruta mercado externo	21.376	21.170
Receita bruta	1.647.308	1.235.121
Deduções da receita	(294.075)	(221.635)
Receita líquida	1.353.233	1.013.486

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 2011 apenas 1,58% (2,09% em 2010) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado).

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 78.000 para danos materiais, R\$ 22.000 para lucros cessantes e R\$ 7.000 para responsabilidade civil.

38. ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2012, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital e Capital de Giro - R\$ mil

I - Investimentos	66.683
- Lojas	17.689
- Industrial	23.755
- Logística	10.543
- Tecnologia da Informação	10.962
- Outros	3.734
Total Geral	66.683
Fontes Próprias (Retenção de Lucro)	49.247
Fontes de Terceiros (Capital de Giro)	17.436

39. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

DIRETORIA

Fábio Hering	-	Diretor Presidente
Carlos Tavares D'Amaral	-	Diretor Administrativo
Frederico de Aguiar Oldani	-	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Ronaldo Loos	-	Diretor Comercial
Marcos Ribeiro Gomes	-	Diretor de Marketing
Edgar de Oliveira Filho	-	Diretor Industrial
Moacyr José Matheussi	-	Diretor de Suprimentos

Charles Marold - Contador CRC-SC nº 22.744/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering	-	Presidente
Fábio Hering	-	Conselheiro
Nei Schilling Zelmanovits	-	Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior	-	Conselheiro
Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri	-	Conselheiro
Marcelo Guimarães Lopo Lima	-	Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior	-	Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Cia. Hering
Blumenau - SC

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

8. Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

9. Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 15 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-SC

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC 1PR-045569/O-4 T-SC